

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE  
DIVULGAÇÃO DE ELEMENTOS DA  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO  
FINANCEIRA DAS ENTIDADES DO  
PSI 20

---

Daniela Rodrigues

Lisboa, outubro de 2019



COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE  
DIVULGAÇÃO DE ELEMENTOS DA  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO  
FINANCEIRA DAS ENTIDADES DO  
PSI 20

Daniela Rodrigues

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Goreti de Jesus Dâmaso.

Lisboa, outubro de 2019

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas.

Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

“A persistência é o menor caminho do êxito.”

(Charles Chaplin)

## **AGRADECIMENTOS**

Os meus agradecimentos destinam-se a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste objetivo, que foi um exemplo de superação e que é muito importante para a minha formação académica e profissional.

O meu especial agradecimento à minha família, principalmente aos meus pais e irmã e cunhado, que foram o meu pilar e que transmitiram sempre confiança em mim e no meu desempenho.

Ao David, o meu namorado, companheiro e amigo, agradeço por toda a compreensão, paciência e motivação e que me encorajou nesta etapa que sabia que era importante para mim.

À minha orientadora, Doutora Maria Goreti Dâmaso, pelas sugestões apresentadas no sentido de melhorar o meu trabalho.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão e apoio demonstrados em toda esta etapa.

Aos meus amigos pela compreensão demonstrada nesta fase em que estive mais ausente.

Muito obrigada a todos.

## RESUMO

A concorrência massiva que atua nos mercados atuais apresenta um contributo positivo para a otimização do relato financeiro, principalmente nas empresas que integram índices bolsistas. O modo de divulgação da informação pode ser afetado por alguns fatores relacionados com a empresa. Considerando a problemática enunciada, o presente estudo tem delineado como objetivo a análise dos níveis de divulgação dos componentes da demonstração da posição financeira de acordo com a *International Accounting Standard 1* (IAS 1), através dos índices de conformidade (IC) encontrados para as empresas do *Portuguese Stock Index* (PSI) 20 da amostra deste estudo. São analisados os Relatórios e Contas de 2012 e 2017 das entidades selecionadas. Através da estatística descritiva e da regressão linear múltipla, são comparadas as relações entre o IC e as variáveis: dimensão do conselho de administração, endividamento, rendibilidade, liquidez, tipo de empresa auditora, setor de atividade e internacionalização.

Os resultados obtidos demonstram que as empresas evidenciaram em média um IC de 73,30% em 2012 e 80,10% em 2017. Verifica-se também que o IC total apresenta uma relação positiva e significativa com as variáveis de endividamento, liquidez e tipo de entidade auditora. o que demonstra que estas são as características das empresas que podem afetar a comparabilidade da informação.

Palavras-chave: Comparabilidade, demonstração da posição financeira, divulgação, IAS 1, índice de conformidade.

## **ABSTRACT**

The massive competition that operates in today's markets presents a positive contribution to the optimization of financial reporting, especially in companies that integrate stock indices. However, the way this information is disclosed may be affected by certain factors related to company. Considering the above issues, this study aims to analyse the levels of disclosure of the components of the statement of financial position in accordance with International Accounting Standard 1 (IAS 1), through the compliance indices (CI) found for the companies of the Portuguese Stock Index (PSI) 20 in the sample of this study. For the research, the Reports and Accounts of 2012 and 2017 of the selected entities will be reviewed. Through descriptive statistics and multiple linear regression, the collected data are analysed the relationship between the CI and the variables: size of the board of directors, leverage, profitability, liquidity, type of auditing company, sector of activity and internationalization.

The results proved that the companies reveal an average CI of 73.30% in 2012 and 80.10% in 2017. It is also verified that the total CI has a positive and significant relationship with the variables of leverage, liquidity and type of auditing entity, which was not verified with the others. This confirms that these are the characteristics of companies that can affect the comparability of information.

**Key words:** Comparability, compliance rates, disclosure, IAS 1, statement of the financial position.

# ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	<b>X</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>XI</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>XII</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 ENQUADRAMENTO E RELEVÂNCIA DO TEMA .....	1
1.2. OBJETO DA INVESTIGAÇÃO.....	2
1.3 OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO .....	2
1.4 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO .....	3
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	4
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>5</b>
2.1. O PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	5
2.2. INTERVENIENTES NA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	9
2.2.1 <i>Breve contextualização histórica do International Accounting Standards Board (IASB)</i> .....	10
2.2.2 <i>A intervenção do IASC/IASB</i> .....	11
2.2.3 <i>A intervenção da União Europeia</i> .....	13
2.3. INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD 1.....	18
2.3.1. <i>A evolução da IAS 1</i> .....	18
2.3.2. <i>A demonstração da posição financeira</i> .....	21
2.4 VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DA DIVULGAÇÃO.....	23
<b>3. MODELO DE ANÁLISE E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS</b> .....	<b>25</b>
3.1 TEMA E PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO .....	26
3.2. OBJETIVOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	27
3.3. O ÍNDICE DE CONFORMIDADE E AS VARIÁVEIS DO ESTUDO .....	29
<b>4. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>35</b>
4.1 AMOSTRA E RECOLHA DE DADOS .....	35
4.2 PARADIGMA DA INVESTIGAÇÃO .....	37
4.3 MODELOS DE INVESTIGAÇÃO.....	38
<b>5. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>40</b>
5.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA .....	41
5.2 REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA .....	46
5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	<b>50</b>
6.1 CONCLUSÕES GERAIS .....	50
6.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	51
6.3 IMPACTOS DO ESTUDO .....	51
6.4 SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	51
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>52</b>
<b>8. APÊNDICE</b> .....	<b>56</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 2.1.1 VANTAGENS DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	6
QUADRO 2.1.2 OBSTÁCULOS À HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	8
QUADRO 2.2.1 OBJETIVOS DO IASB .....	13
QUADRO 2.3.1 ELEMENTOS MÍNIMOS DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA .....	21
QUADRO 2.4.1 ESTUDOS RELATIVOS AO NÍVEL DE COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO DE ACORDO COM A IAS 1 .....	25
QUADRO 3.3.1 TEMÁTICAS DO IC DE ACORDO COM A IAS 1 .....	29
QUADRO 3.3.2 RELAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS ESPERADOS E ESTUDOS ANTERIORES .....	35
QUADRO 4.1.1 EMPRESAS QUE CONSTITUEM A AMOSTRA .....	36
QUADRO 4.3.1 ÍNDICE DE CONFORMIDADE (IC) .....	38
QUADRO 4.3.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES E FORMAS DE DETERMINAÇÃO .....	40
QUADRO 5.1.1 RELAÇÃO ENTRE O IC 1 E CA .....	41
QUADRO 5.1.2 RELAÇÃO ENTRE O IC 2 E CA .....	42
QUADRO 5.1.3 RELAÇÃO ENTRE O IC 1 E A ENTIDADE AUDITORA (BIG 4) .....	43
QUADRO 5.1.4 RELAÇÃO ENTRE O IC 2 E A ENTIDADE AUDITORA (BIG 4) .....	43
QUADRO 5.1.5 RELAÇÃO ENTRE O IC 1 E O SETOR DE ATIVIDADE .....	44
QUADRO 5.1.6 RELAÇÃO ENTRE O IC 2 E O SETOR DE ATIVIDADE .....	44
QUADRO 5.1.7 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS .....	44
QUADRO 5.2.1 MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MULTIPLA .....	46
QUADRO 6.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS E VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES .....	49

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2.1.1 PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	9
FIGURA 2.1.2 PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	9
FIGURA 2.2.1 ETAPAS DA EVOLUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA.....	14

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AISG – *Accountants International Study Group*
- CA – Conselho de Administração
- CE – Comunidade Europeia
- CLC – Certificação Legal de Contas
- EC – Estrutura Concetual
- EY – *Ernst & Young*
- EUA – Estados Unidos da América
- FASB – *Financial Accounting Standards Board*
- FTSE – *Financial Times Stock Exchange*
- GSE - *Ghana Stock Exchange*
- IASB - *International Accounting Standards Board*
- IASC – *International Accounting Standards Committee*
- IAS – *International Accounting Standard*
- IC – Índice de Conformidade
- ICB – *Industry Classification Benchmark*
- IFRS – *International Financial Reporting Standards*
- IOSCO – *International Organization of Securities Commissions*
- KPMG – *Klynveld Peat Marwick Goerdeler*
- MQO – Mínimo dos Quadrados Ordinários
- NCRF – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro
- NIC – Normas Internacionais de Contabilidade
- OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
- PSI - *Portuguese Stock Index*
- PWC – *PricewaterhouseCoopers*
- RCP – Rendibilidade dos Capitais Próprios

ROE – *Return on Equity*

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TOC – Técnico Oficial de Contas

UE – União Europeia

# 1. INTRODUÇÃO

Como uma primeira abordagem a esta investigação, neste capítulo é feito um enquadramento ao tema em análise e às motivações que propiciaram a escolha do tema, evidenciando ainda os objetivos para este estudo. Posteriormente é feita uma alusão à metodologia utilizada bem como à estrutura da dissertação.

## 1.1 Enquadramento e Relevância do Tema

A evolução dos mercados determinou que os gestores estivessem cada vez mais atentos às práticas empresariais para que consigam estar sempre na linha da frente relativamente aos seus principais concorrentes. Desta forma será possível comparar os principais itens do relato da empresa e implementar uma estratégia que prossiga os objetivos definidos pela entidade. Assim, alguns fatores como a globalização e a interdependência das economias mundiais criaram a necessidade de uma linguagem única que fosse compreendida em todos os mercados (Magro, 2014).

O Regulamento da Comunidade Europeia (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho foi um documento importante na implementação das primeiras tentativas de harmonização contabilística, assegurando as características intrínsecas às demonstrações financeiras, nomeadamente a comparabilidade. No entanto, este diploma serve apenas de base para a resolução de questões que colocavam em causa estas características, uma vez que não se traduz numa norma. Assim, as sucessivas alterações a este Regulamento procuraram aproximar-se das necessidades das entidades para que estas divulgassem a imagem mais apropriada e verdadeira e, ainda, permitiram que a informação divulgada fosse comparável com outras entidades.

Porém, as normas internacionais não apresentam um modelo padrão para a divulgação das demonstrações financeiras, apenas descrevem a informação mínima considerada obrigatória para reporte. Para além da complexidade demonstrada anteriormente, podem existir fatores que afetam diretamente a comparabilidade e, deste modo, a harmonização contabilística. Variáveis como a cultura, o endividamento, a fonte de financiamento, a dimensão da empresa, entre outras, podem afetar a divulgação das demonstrações financeiras (Silva, 2009).

Outros autores têm analisado a influência de outras variáveis no nível de divulgação dos elementos das demonstrações financeiras e, por este motivo, é possível a formulação de hipóteses para esta investigação. Um estudo recente sobre esta temática incide sobre a comparabilidade dos gastos e rendimentos financeiros reportados pelas entidades cotadas em Portugal, quando estão sujeitas a determinadas variáveis, tais como: o auditor externo, o período de relato da informação financeira e apresentação do resultado financeiro (Albuquerque, Cariano & Marques, 2017). Com a publicação e o interesse demonstrado por temas como este, considera-se que a informação reportada é um instrumento importante em qualquer entidade e que a linguagem universal nas demonstrações financeiras contribui positivamente para a comparabilidade da informação contabilística.

Por estas razões enunciadas e pela existência de normas que remetem a uma escolha por parte das empresas em adotarem uma de várias políticas contabilísticas possíveis, o modo de divulgação dos componentes das demonstrações financeiras e o processo de harmonização contabilística são afetados, uma vez que não existe um modelo comum.

Este estudo contribui assim para sustentar a literatura que tem evidenciado a lacuna de modelos *standard* para as demonstrações financeiras, que influencia as características da informação contabilística.

## **1.2. Objeto da Investigação**

Considerando a dificuldade que existe em reconhecer um modelo comum para a apresentação das demonstrações financeiras, o que contribui para a complexidade em analisar e comparar informação de diferentes entidades e motiva o retrocesso na harmonização contabilística (Magro, 2014), o objeto da investigação reside na temática da comparabilidade da informação financeira. No mesmo sentido, a IAS 1 é considerada a base para uma análise da divulgação da informação mínima obrigatória, sendo por isso mesmo a norma que constitui o suporte para esta investigação. Relativamente à influência de alguns fatores, é importante compreender se a divulgação é afetada por algumas variáveis (composição do conselho de administração, endividamento, rendibilidade, liquidez, tipo de entidade auditora, setor de atividade e internacionalização).

## **1.3 Objetivo da Investigação**

A IAS 1 inclui diretrizes e elementos mínimos para as divulgações, contendo ainda assim componentes obrigatórios para reporte. As características intrínsecas das entidades, incluindo também outras variáveis externas, podem igualmente repercutir-se no nível de divulgação dos elementos das demonstrações financeiras.

Assim, destacam-se os seguintes objetivos específicos da dissertação:

- Comparar a divulgação de informação mediante o índice de conformidade das empresas que constituem a amostra, verificando se nos anos em análise houve um aumento dessa divulgação;
  
- Obtenção de dados que permitam sustentar as hipóteses de que existem variáveis que influenciam o nível de divulgação de informação de alguns elementos da demonstração da posição financeira e, conseqüentemente, a comparabilidade entre as empresas do PSI 20.

#### **1.4 Metodologia da Investigação**

A presente investigação inicia-se com a pesquisa bibliográfica que tem a função de suporte para a definição do problema inicial e que permite conhecer a teoria já existente sobre a temática em análise. Este método compreende a leitura, análise e interpretação de material que pode ser enquadrado em diferentes tipos de fontes de informação, nomeadamente, fontes diretas e indiretas. Neste estudo, a pesquisa bibliográfica centra-se em artigos científicos, dissertações de mestrado, artigos apresentados em congressos, diplomas legais e manuais relacionados com o tema. A etapa da revisão da literatura, que acompanha a pesquisa bibliográfica, descreve o estado de arte do tema e permite a construção do conhecimento, conduzindo de igual modo ao desenvolvimento de novas ideias e investigações futuras. Esta investigação empírica terá uma abordagem dedutiva de acordo com os objetivos definidos, que corresponde à verificação de hipóteses e relações entre variáveis. Esta abordagem implica ainda a utilização de um modelo quantitativo em que o centro da investigação é o instrumento de recolha de dados, permitindo assim uma maior neutralidade. Recorre-se à estatística descritiva e à regressão linear múltipla com o intuito de analisar as correspondências entre as variáveis e as hipóteses formuladas. É aplicada ainda a observação direta como fonte de evidência.

Assim, a presente investigação pressupõe a análise da demonstração da posição financeira das entidades que integram o PSI 20 em 2012 e 2017. Através de uma comparação entre os índices de conformidade das entidades em análise para com a IAS 1 e as variáveis definidas, analisa-se se existe ou não relação direta entre ambos. Cada empresa terá o seu índice de conformidade que se traduz na comparação entre o que as empresas divulgam e os requisitos que a IAS 1 impõe. Por outro lado, analisa-se a relação entre os índices de conformidade e as variáveis independentes, sendo que estas últimas são construídas de acordo com vários estudos realizados nesta área, como forma de verificar as hipóteses definidas.

#### **1.4 Estrutura da dissertação**

O presente capítulo apresenta o enquadramento e a relevância do tema escolhido para esta investigação, relacionando-o com a problemática ao nível da divulgação de informação contabilística. No mesmo sentido, é referido o objeto da investigação e são mencionados os objetivos que se pretendem atingir com este estudo. É também apresentada a metodologia que inclui todas as etapas necessárias para a prossecução da investigação.

O segundo capítulo aborda a revisão da literatura, onde são retratados o processo de harmonização contabilística e os seus principais intervenientes, bem como a evolução da IAS 1 e algumas considerações sobre a demonstração da posição financeira. Também são apresentados alguns estudos que utilizaram variáveis para determinar se estas tinham influência no nível de divulgação de informação.

No terceiro capítulo é divulgada a pergunta de investigação e as respetivas hipóteses. No mesmo sentido, são evidenciados alguns estudos empíricos relacionados com a problemática enunciada. Ainda neste capítulo é explicada a construção do IC e são apresentadas as variáveis independentes, considerando os estudos que lhes serviram de base.

Posteriormente, o quarto capítulo incide sobre a amostra e o processo de recolha de dados, apresenta o paradigma de investigação adotado e ainda o modelo de investigação.

O quinto capítulo compreende a análise e discussão dos resultados obtidos através da estatística descritiva e do modelo de regressão linear múltipla. É ainda retomada a pergunta de investigação inicial e é feita uma avaliação crítica dos resultados alcançados, o que permite compará-los e confrontá-los com as investigações mencionadas na revisão da literatura.

Por fim, o sexto e último capítulo revela as conclusões gerais do estudo, as limitações e impactos e ainda as sugestões para investigações futuras.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

Neste capítulo será feita uma abordagem à literatura existente sobre esta temática, iniciando com o processo de harmonização contabilística e os seus principais intervenientes. É também feita uma alusão à evolução da IAS 1, que é a norma que serve de base a este estudo.

### **2.1. O processo de harmonização contabilística**

Para (Nobes & Parker, 1998 citado por Almeida, 2010)<sup>1</sup> a harmonização pode ser definida como um processo de aumento da comparabilidade das práticas contabilísticas estabelecendo limites para o seu nível de variação.

A necessidade de criar novos procedimentos contabilísticos surgiu com o intuito de responder às exigências provenientes da globalização dos mercados, do crescimento da economia, do desenvolvimento tecnológico e da pressão das empresas para a internacionalização (Magro, 2014).

Ao longo dos tempos vários organismos têm sido os protagonistas deste processo que teve várias etapas. No entanto, algumas dificuldades foram surgindo, sendo a diversidade dos sistemas contabilísticos um dos principais entraves. O crescimento e a internacionalização das empresas traduziram-se num relato financeiro mais exigente e, pelo facto de não existirem normas consistentes, colocou-se em causa a credibilidade da informação financeira que é reportada aos utilizadores. Desde o início deste processo ambicioso de harmonização contabilística que se verificou que o modo de apresentação, reconhecimento e mensuração, bem como a interpretação da própria informação financeira, colocavam em causa este objetivo. Outros fatores relacionados com aspetos culturais (história do país), políticos (legislação fiscal), económicos (observância de rácios), sociais (educação e costumes da sociedade), profissionais (julgamento profissional), influenciam a harmonização e a qualidade da informação reportada. Deste modo, estava em causa a utilidade e

---

<sup>1</sup> Nobes, C. W. & Parker, R. (1998) *Comparative International Accounting* (5.ª Edição). Londres: Prentice Hall.

comparabilidade da informação contabilística, o que influencia negativamente o relato financeiro (Magro, 2014).

Não obstante, a implementação deste processo apresenta vantagens, mas também alguns aspetos menos positivos. De acordo com um estudo na área da harmonização contabilística, verificou-se que a implementação de normas de qualidade e reconhecidas internacionalmente aumentava a comparabilidade entre as empresas, apesar dos resultados não indicarem que este seria o motivo primordial (Murphy, 2000). Outro estudo sobre a escolha de padrões contabilísticos por parte de empresas francesas refere que a adoção de normas internacionalmente aceites favorece a harmonização (Stolowy & Ding, 2003). No entanto, e de acordo com Stolowy e Ding (2003, p. 211), as empresas francesas também tinham a opção de escolher «(...) accounting standards in order to suit their specific financing needs after a cost-benefit trade-off.».

No conjunto destes dois estudos mencionados anteriormente resulta que a simplificação do processo contabilístico aumenta a comparabilidade e a qualidade do relato financeiro, o que remete para uma vantagem da harmonização.

De seguida são enumerados alguns benefícios deste processo.

#### Quadro 2.1.1 Vantagens da Harmonização Contabilística.

##### **A Harmonização Contabilística contribui para:**

- Maior transparência e qualidade da informação;
- Expansão das transações internacionais e diminuição do custo de capital;
- Comunicação empresarial mais eficiente;
- Maior comparabilidade da informação contabilística.

**Fonte** Adaptado de Saraiva (2015, p.7), Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC).

Foi também publicado outro estudo que compara as normas americanas e as IAS, verificando-se que a escolha por um dos normativos varia consoante o país (Ampofo & Sellani, 2005).

Por outro lado, verifica-se que a adoção das normas pode ser feita de acordo com o sistema contabilístico já presente em cada país. No mesmo sentido, Zeghal e Mhedhbi (2006) referem que para os países menos desenvolvidos pode não ser tão importante adotar normas de elevada qualidade, demonstrando assim que para estes países não são tão visíveis os

aspectos positivos da harmonização, uma vez que também não dispõem de recursos financeiros para manterem este sistema. Estes autores referem ainda que existem fatores que explicam a adoção das IAS, uma vez que a partir da interpretação

these factors is potentially useful for a number of organizations and decision makers, including governments, accounting standards setters, financial markets regulators, international institutions and investors, preparers and users of accounting information, and, finally, it may help the IASB in its efforts to promote the worldwide adoption of international standards (Zeghal & Mhedhbi, 2006, p.374).

No estudo que investiga quais os determinantes que influenciam o nível de divulgação das empresas cotadas na Nigéria, Modugu e Eboigbe (2017) verificaram que o tamanho da empresa e a alavancagem influenciam significativamente e de forma positiva a divulgação voluntária de informação. Também foi possível constatar que as empresas com endividamento externo apresentam uma maior tendência em divulgar informação para corresponderem às expectativas dos principais credores, quando comparadas com aquelas que são financiadas por capitais próprios. Foi também possível verificar que para as empresas de maiores dimensões correspondem custos menos elevados na divulgação da sua informação (Modugu & Eboigbe, 2017).

Todavia, considerando que a divulgação obrigatória corresponde à apresentação de elementos impostos pelos organismos competentes e pelas normas de contabilidade, cada vez mais a divulgação voluntária assume especial relevância, pois as empresas consideram que obtêm algumas vantagens ao nível corporativo (Popova, T., Georgakopoulos, G., Sotiropoulos, I. & Vasileiou, K. Z., 2013). Com o fenómeno da globalização, a divulgação obrigatória parece não ser suficiente para os investidores e também para a comparabilidade entre as empresas. Tal facto aumenta a importância da divulgação voluntária que também está dependente de algumas circunstâncias, tais como a pressão do mercado e dos analistas e ainda da cultura em que as entidades estão inseridas, o que propicia a existência de fatores que explicam as razões para a variação na divulgação de informação (Popova *et. al*, 2013). Assim, evidencia-se que existem barreiras que dificultam a harmonização contabilística, conforme demonstra o quadro seguinte.

### Quadro 2.1.2 Obstáculos à Harmonização Contabilística.

#### **Fatores que influenciam a harmonização contabilística:**

- Resistência dos países em abdicarem dos seus normativos contabilísticos;
- Fatores internos e externos às entidades (culturais, económicos, políticos, etc.);
- Inexistência de sanções por não aplicação das normas internacionalmente aceites;
- Pouca intervenção de organismos profissionais na implementação do processo.

**Fonte** Adaptado de Saraiva (2015, p.8), Congresso dos TOC.

Estes obstáculos podem afetar diretamente a comparabilidade da informação, o que poderá traduzir-se em consequências na própria estratégia da empresa. Conforme enuncia Amaral (2001, p.35) relativamente ao aumento dos custos de preparação da informação financeira de uma empresa multinacional, «[...] que terá de preparar tantas demonstrações financeiras quantos os países em que opera;». Efetuar a comparação entre setores de atividade é efetivamente um processo mais dispendioso com a presença destas barreiras, bem como a avaliação do desempenho de cada uma das unidades da empresa, sendo o tipo de setor e a internacionalização duas variáveis que poderão desencadear uma análise mais ponderada ao comparar a informação de empresas (Amaral, 2001).

Todavia, a harmonização não é possível apenas com a adoção de normas de elevada qualidade e reconhecidas internacionalmente, visto que estão sujeitas a outras influências relacionadas com as entidades ou outros fatores externos. Em suma, é apresentada a Figura 2.1.1 que evidencia os três pilares da harmonização contabilística.

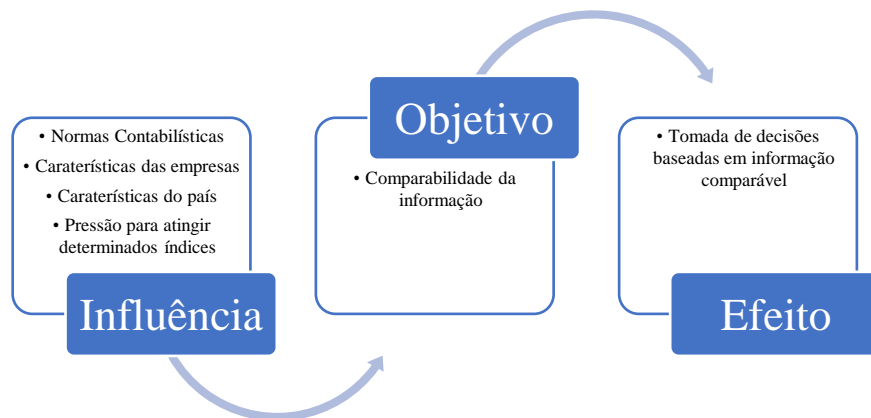


Figura 2.1.1 Processo de harmonização contábilística.

Fonte Adaptado de Saraiva (2015, p. 1-6).

Este processo teve vários momentos em que foram feitos avanços e recuos atendendo às constantes mudanças do mercado. A harmonização deve estar cada vez mais relacionada com o conceito de comparabilidade, pois só deste modo a informação tem a utilidade que lhe deve estar intrínseca (Magro, 2014).

A figura 2.1.2 representa uma síntese dos principais acontecimentos relacionados com o processo de harmonização contábilística internacional.

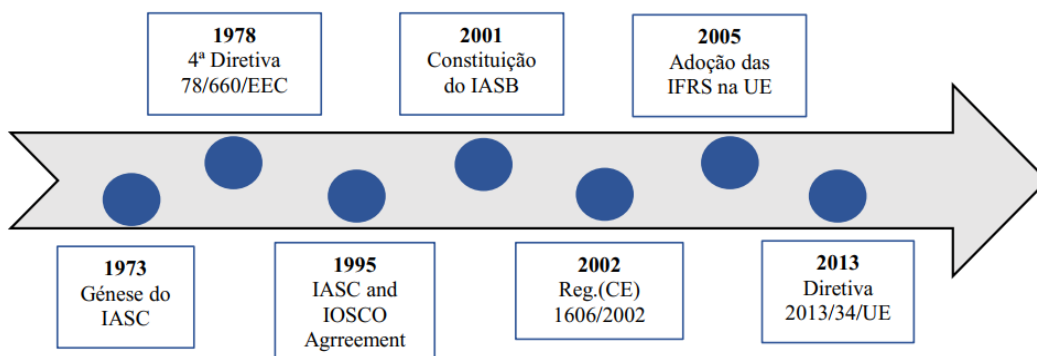


Figura 2.1.2 Processo de Harmonização Contábilística.

Fonte Adaptado de Magro (2014, p.57).

Estes acontecimentos relacionados com o processo de harmonização são abordados nos subcapítulos seguintes e para os quais estiveram na linha da frente alguns intervenientes que também merecem destaque pelo trabalho desenvolvido.

## 2.2. Intervenientes na harmonização contábilística

### **2.2.1 Breve contextualização histórica do *International Accounting Standards Board (IASB)***

Relativamente à contextualização história do IASB, importa referir que até 2001 este organismo era designado por *International Accounting Standards Committee (IASC)*. Os primeiros estudos que serviram de base à criação das primeiras normas emitidas foram desenvolvidos pelo *Accountants International Study Group (AISG)* em 1966. Este organismo era constituído por profissionais do Canadá, Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA) mas dissolveu-se em 1977 (Almeida, 2010).

Em 1973 surgiu o IASC, em Londres, que seria o organismo privado sem fins lucrativos com a responsabilidade de elaborar normas internacionais de qualidade e com aplicação mundial. Inicialmente era constituído por nove países (Austrália, Alemanha, Canadá, EUA, França, Holanda, Japão, México e Reino Unido), mas nos anos seguintes os seus membros foram aumentando. Por este facto, o IASC assumiu especial relevância uma vez que seria «o único organismo responsável pela emissão de normas contabilísticas a nível supranacional» (Pereira, Estevam & Almeida, 2009, p. 182).

Em 1987, a *International Organization of Securities Commissions (IOSCO)* juntou-se ao IASC como órgão consultivo, com o objetivo de ambos elevarem o nível de qualidade das normas, para que estas não fossem sujeitas a diversas interpretações. Foi elaborado um projeto que tinha como principais objetivos (Smith, Sagafi-Nejad & Wang, 2008):

- Criação de uma Estrutura Conceptual (EC);
- Melhoria da qualidade das normas contabilísticas.

Face a pressões externas e às recomendações por parte da IOSCO, a composição do IASC foi sujeita a algumas alterações quanto à sua estrutura interna, o que resulta na constituição do IASB em 2001. Este organismo apresenta, assim, maior autonomia, mais técnicos especializados na sua composição e mais independência na tomada de decisões. As normas emitidas pelo IASB adotam a designação de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, em detrimento das IAS que eram emitidas pelo IASC e que continuam ainda assim a ter aplicabilidade internacional (Almeida, 2010).

Em 2010, o IASB em conjunto com o *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, entidade americana autorizada a reconhecer as normas internacionais de contabilidade, introduziu na EC algumas características como a comparabilidade, a verificabilidade, a

tempestividade e a compreensibilidade da informação financeira, para serem as bases que sustentam as demonstrações financeiras (Albuquerque *et. al*, 2017).

### **2.2.2 A intervenção do IASC/IASB**

O IASC começou por analisar as normas adotadas por outros países e procedeu à elaboração das suas próprias normas, que podiam ser alternativas para o que já estava a ser praticado. Esta fase inicial teve também os seus riscos, uma vez que o IASC era visto como um condutor para a mudança e as normas que viessem a ser produzidas por este deveriam ter a capacidade de responder aos novos desafios do mercado financeiro (Almeida, 2010).

Neste sentido, o IASC teve dificuldades em assimilar todas as diferenças existentes nas práticas contabilísticas dos diversos países e, por isso, nos procedimentos iniciais a sua credibilidade foi colocada em causa, uma vez que as normas que iam surgindo continham mais do que uma possibilidade de atuação perante determinado facto. O efeito prático desta situação determinou que alguns países incorporassem as IAS elaboradas pelo IASC no seu sistema contabilístico, ao passo que outros países incluíram nas suas próprias normas os principais preceitos das IAS (Rodrigues & Guerreiro, 2004).

O IASC teria assim um grande desafio pela frente, uma vez que as normas ainda não estavam a ter a aplicabilidade desejada e ainda apresentavam lacunas relativamente a algumas matérias (Almeida, 2010).

A EC não é considerada uma norma, mas antes um suporte para a preparação e modo de apresentação das demonstrações financeiras, reunindo ainda elementos relevantes para a elaboração das normas. Através da sua publicação em 1989 instaurou-se a ideia de que não poderia haver lugar a diversas interpretações e, no mesmo sentido, a informação contabilística teria que reunir algumas características, designadamente, a materialidade e a fiabilidade. Posteriormente, a primeira característica foi substituída pela relevância e esta última foi substituída pela representação fidedigna, estando implícito que a informação deve-se mostrar completa e livre de quaisquer erros materiais (Albuquerque *et. al*, 2017).

No entanto, a IOSCO e o IASC celebraram um acordo em 1995 em que se comprometiam que até ao ano de 1999 algumas normas importantes (*core standards*) estariam concluídas e seriam apreciadas pelo IASC. Por seu lado, a IOSCO deixou também a recomendação de que estas normas podiam ser adotadas pelos seus membros assim que as mesmas estivessem concluídas. Assim, o IASC seria o responsável pela conclusão e apreciação das normas a

serem emitidas e a IOSCO teria a função de recomendar aos seus membros a aplicação das IAS quando preparassem as demonstrações financeiras, no caso das empresas com valores mobiliários admitidos à negociação (Almeida, 2010).

O reconhecimento do IASB por parte da União Europeia (UE) através do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, permitiu que as empresas cotadas fossem obrigadas a preparar e a apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS a partir do exercício de 2005. Este também foi um período de grande incentivo para o IASB, que apresentou novas normas e várias atualizações a normas já existentes, no sentido de acompanhar as exigências do mercado (Almeida, 2010).

O IASB emite normas que indicam os elementos obrigatórios a serem divulgados pelas entidades e que permitem que os investidores e os demais *stakeholders* tenham informação apropriada para a tomada de decisão. No entanto, o aparecimento deste organismo foi importante para a UE considerar que as empresas não deveriam implementar as normas aplicáveis nos EUA e, assim, incentivar a existência de um normativo aplicável ao mercado único. O IASB teve a capacidade de exercer influência nos normativos contabilísticos dos diversos países, uma vez que muitos deles adotaram as normas de contabilidade emanadas deste organismo (Almeida, 2010).

O IASB pretende ainda cooperar na convergência dos padrões de contabilidade e promover a aceitação das suas normas em todo o mundo pois, desta forma, o mercado beneficia desta harmonização e evita a complexidade de sistemas contabilísticos (Smith *et. al*, 2008).

Relativamente ao trabalho desenvolvido pelo IASB e pelas normas produzidas por este, Zeff (2014, p. 1) refere que este organismo «redesenhou substancialmente o mapa mundial das informações financeiras empresariais».

Deste modo, o IASB teve assim um reconhecimento mundial como o organismo privado com maior importância no processo de harmonização contabilística, o que levou mais tarde à incorporação por parte da UE das normas produzidas por este no que diz respeito às contas consolidadas das entidades cotadas em bolsa. Trata-se, assim, do organismo com maior prestígio no âmbito do processo de harmonização contabilística (Almeida, 2010).

No quadro 2.2.1 são apresentados esquematicamente os principais objetivos do IASB.

## Quadro 2.2.1 Objetivos do IASB

### IASB

- Alcançar a convergência entre as normas nacionais e as IFRS;
- Considerar as necessidades das empresas de grandes dimensões e das Pequenas e Grandes Empresas (PME);
- Desenvolver normas (IFRS) compreensíveis, executáveis e globalmente aceites através do IASB;
- Promover a aplicação rigorosa das normas.

**Fonte:** IFRS Foundation (<http://www.ifrs.org>.)

De seguida é apresentada a intervenção da UE como outra entidade envolvida no processo de harmonização contabilística.

### 2.2.3 A intervenção da União Europeia

A visão de uma harmonização contabilística tem de ser enquadrada numa pluralidade de culturas e de modos de atuação no âmbito da contabilidade e da fiscalidade que podem diferenciar de país para país. Neste contexto, a UE estabeleceu um plano estratégico que resultou na elaboração de alguns documentos que tinham como objetivo atenuar as disparidades existentes na informação contabilística divulgada pelas entidades. Foram estabelecidas três etapas por parte da UE para implementar a harmonização contabilística através de algumas diretrizes comunitárias (Pereira *et. al*, 2009):

- A CE participou num projeto na década de 80 que tinha como objetivo aproximar os organismos responsáveis pelas linhas orientadoras da contabilidade, nomeadamente o IASC e o FASB;
- A UE publica um documento em 1995 intitulado por “Harmonização contabilística: uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional”;
- Desde o ano de 2000 a UE reafirmou a sua preocupação com a harmonização contabilística e assumiu que a comparação das demonstrações financeiras é uma característica que carece de especial relevância no cenário de globalização e de implementação da moeda única, que se demonstrava ser uma realidade cada vez mais provável.

Na verdade, é também importante reconhecer que a livre circulação de pessoas e bens, que deu origem ao mercado comum europeu, incentivou o interesse pela harmonização internacional e promoveu a linguagem contabilística mais uniforme, permitindo que esta seja mais compreensível por todos os utentes das demonstrações financeiras (Almeida, 2010).

Num primeiro momento a UE recorreu a legislação comunitária, nomeadamente regulamentos e diretivas, entre os quais se destacam aqueles com maior relevância na figura 2.2.1 que a seguir se apresenta.

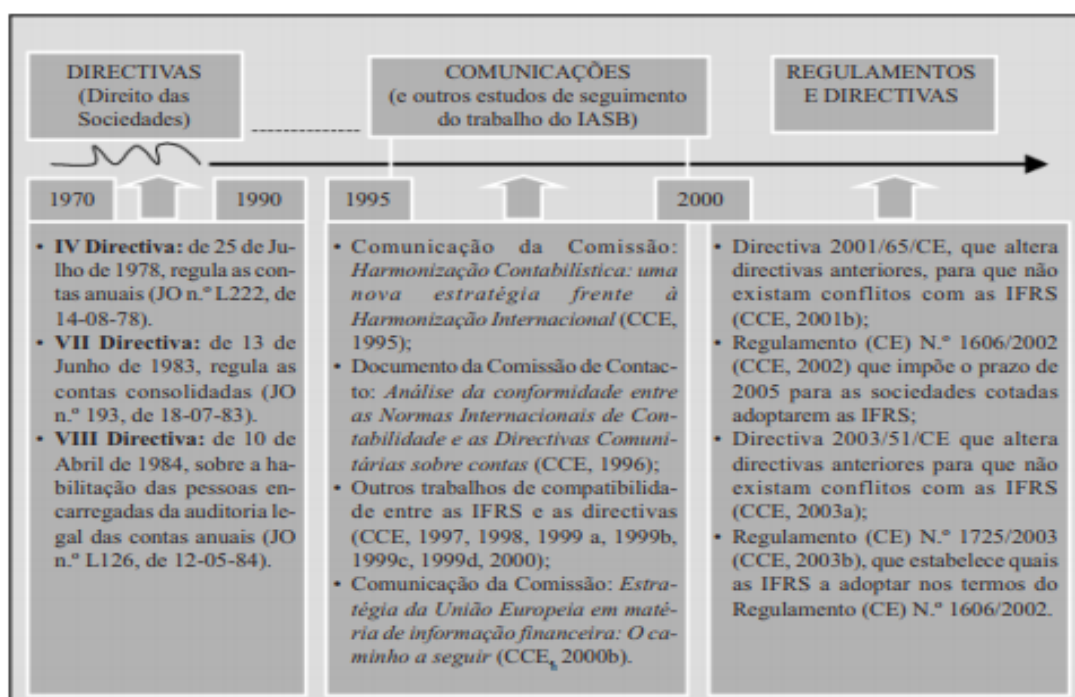


Figura 2.2.1 Etapas da evolução da União Europeia.

**Fonte:** Rodrigues e Guerreiro (2004, p. 30).

No entanto, esta fase primitiva não estava a ter os efeitos esperados, uma vez que os estados-membros tinham como opção aplicar as diretivas de acordo com as suas interpretações. Este facto motivou o descontentamento relativamente à utilidade da informação divulgada e, por outro lado, originou mais interesse pela problemática da harmonização contabilística e dos procedimentos que estavam a dificultar esta etapa (Almeida, 2010).

As diretrizes da UE mostravam-se incompatíveis com o conceito de harmonização e de todo o processo associado ao mesmo, existindo por isso falta de acompanhamento da evolução das necessidades do mercado. Mostrava-se também necessário aplicar legislação que considerasse a existência de sistemas contabilísticos diferentes, mas que no seu conteúdo

apresentasse elementos mínimos obrigatórios para serem divulgados nas demonstrações financeiras das entidades (Rodrigues & Guerreiro, 2004).

Em 1995 a UE considerou o trabalho desenvolvido e o acordo alcançado entre o IASC e a IOSCO, já mencionado anteriormente, e associou-se também a este projeto de melhoria das normas contabilísticas.

Com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, que foi um documento importante na conciliação entre a legislação comunitária e as normas emitidas pelo IASB, consubstanciou-se que há lugar à adoção de normas contabilísticas aceites internacionalmente. No Anexo 5 das “Observações relativas a certas disposições do Regulamento” foi também incorporada a EC criada pelo IASB em 1989 e que foi anteriormente mencionada, o que permite minimizar os conflitos existentes entre as normas de ambos os organismos, nomeadamente no que diz respeito às características qualitativas da informação financeira. Importa realçar que a introdução deste Regulamento implica que o mesmo prevaleça sobre as leis de cada país, uma vez que tem aplicação geral, direta e com carácter vinculativo.

Este passo importante na história da UE teve ainda assim algumas divergências com os organismos responsáveis pela emissão das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) em algumas matérias. De acordo com este Regulamento, às NIC correspondem as IAS, IFRS e demais interpretações emitidas pelo IASB e por outros organismos que emitam interpretações às normas (Regulamento (CE) nº1606/2002, artigo 2º).

Este Regulamento no seu §5 menciona também que «para assegurar a competitividade dos mercados de capitais europeus, é importante que se realize a convergência das normas utilizadas na Europa (...) com as normas internacionais». Este diploma teve assim um papel importante neste processo uma vez que determinou que as empresas com valores mobiliários admitidos à negociação, nas suas contas consolidadas ou individuais (se não forem obrigadas a apresentar as contas consolidadas), adotem obrigatoriamente as IFRS a partir de janeiro de 2005. Para as empresas que apresentem as suas contas consolidadas e para as quais existe a obrigatoriedade de emissão de Certificação Legal de Contas (CLC), ou para as contas individuais das empresas que compreendem o processo de consolidação das anteriores, o referido Regulamento prevê a opção de aplicar as IFRS e, neste caso, terão de exercer esta opção durante três exercícios. Estas normas só podem ser adotadas pelas entidades se não colocarem em causa determinadas qualidades da informação financeira, tais como a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade (Regulamento (CE) nº 1606/2002, artigo 3º).

Quanto às divergências entre os normativos, o diploma indica que as normas do IASB tinham de ser consideradas na legislação comunitária e, no caso de não haver correspondência entre as normas e as diretivas/regulamentos, não haveria lugar à adoção das IAS/IFRS. A grande diferença considerável nesta fase está relacionada com o facto de as empresas dos estados-membros aplicarem as IAS/IFRS com as suas disposições e não de acordo com as suas interpretações (Almeida, 2010).

Surgiram novas revisões a esta redação, o que levou à criação do Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão, de 29 de setembro de 2003 e do Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 03 de novembro de 2008 que serviu de base às primeiras Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em Portugal.

Esta aproximação entre o IASB e a UE permitiu que a exigência pela qualidade das normas fosse maior e esta última tinha o poder de decisão em relação à adoção das normas, nomeadamente, se era necessário efetuar alterações às normas existentes ou se rejeitava a aplicação das mesmas, pelo facto de serem contrárias aos preceitos já estabelecidos (Almeida, 2010).

Porém, nesta sequência cronológica de aproximação das normas do IASB com a legislação da UE, a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, teve o efeito contrário, evidenciando algumas diferenças comparativamente com as normas do IASB e, por conseguinte, incentivou o retrocesso na harmonização contabilística, nomeadamente, no que diz respeito às seguintes matérias:

→ Redução dos encargos administrativos e simplificação das obrigações para as microempresas (cf. §13);

→ Os elementos das demonstrações financeiras podem ser mensurados pelo custo de aquisição como forma de garantir a fiabilidade da informação (cf. §18);

→ Para as micro e pequenas empresas os Estados-Membros podem dispensar a elaboração do Relatório de Gestão; o Balanço e a Demonstração de Resultados podem também apresentar uma estrutura mais simplificada (cf. §26 -27);

→ Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da sua vida útil e nas situações em que a mesma não seja determinada, os Estados-Membros deverão estabelecer um prazo entre 5 a 10 anos (cf. capítulo 3, artigo nº 12, §11).

Os elementos chave desta diretiva com impactos diretos na contabilidade pressupõem uma harmonização em níveis diferentes de acordo com a dimensão das empresas, uma vez que confere aos Estados-Membros, de acordo com a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a faculdade de optar por dispensar a apresentação de algumas demonstrações financeiras de acordo com o tipo de entidade (micro empresas, pequenas empresas e grandes empresas).

Conforme mencionado pelos autores (Glaum, Schmidt, Street, & Vogel, 2013) e ainda (Popova *et. al*, 2013) a normalização existente e as sucessivas alterações por parte dos organismos emissores das normas contabilísticas apresentam essencialmente estes objetivos:

- Disponibilizar um instrumento para auxiliar as empresas e os seus gestores nas suas decisões e na divulgação da informação, atendendo ao modo como os seus concorrentes estão a atuar no mercado;
- Promover a divulgação de informação alusiva à concorrência, considerando o mercado global;
- Reduzir as disparidades de informação a que os gestores e os investidores têm acesso;
- Permitir que o processo de tomada de decisão seja mais simplificado, na medida em que existe mais informação comparável através da incorporação das normas contabilísticas internacionais impostas às entidades.

A análise à IAS 1, que determina o modo de apresentação das demonstrações financeiras, também está enquadrada na temática da harmonização contabilística. Deste modo, na secção seguinte é feita uma abordagem à evolução desta norma, desde a sua génese até às sucessivas alterações, mas também à informação mínima que deverá estar incluída no relato financeiro das entidades, mais concretamente, na demonstração da posição financeira.

## **2.3. *International Accountig Standard 1***

### **2.3.1. A evolução da IAS 1**

Como forma de contextualizar a temática da harmonização contabilística e da comparabilidade da informação, a IAS 1 é o instrumento que serve de base para este processo.

A IAS 1 surgiu em março de 1974 através de um documento denominado por E1 – *Disclosure of Accounting Policies*. Este documento deu origem à IAS 1 - divulgação de políticas contabilísticas, em janeiro de 1975, que possibilitava que as entidades que adotavam esta norma divulgassem os pressupostos e as políticas contabilísticas que serviam de base às suas demonstrações financeiras. No que concerne aos pressupostos, estavam presentes a consistência e a continuidade da atividade da empresa e, em relação às políticas contabilísticas, estavam previstas a prudência, a substância sobre a forma e a materialidade. Através de uma análise desta norma, era possível verificar que já existia uma dificuldade na comparabilidade das demonstrações financeiras de várias entidades, principalmente quando estavam em causa empresas de países diferentes (Dias, 2010).

Esta norma foi alvo de uma atualização em agosto de 1997, com data de aplicação a partir de 01 de julho de 1998, alterando a sua denominação para “Apresentação das Demonstrações Financeiras”, substituindo assim a IAS 5 e a IAS 13. No entanto, esta alteração consubstanciou-se na introdução de elementos mínimos que devem estar previstos nas divulgações das empresas, no sentido de proporcionar informação clara e compreensível aos demais utentes desta informação. Presume-se que nesta etapa seja atribuída maior importância ao processo de tomada de decisão por parte dos gestores, que devem ter a informação mais apropriada e verdadeira das entidades para deliberarem adequadamente (Dias, 2010).

Deste modo, considerando as sucessivas alterações a esta norma e, pelo facto da mesma ser aplicável a todas as entidades, pressupõe-se que esta esteja sempre de acordo com as principais necessidades do mercado. Tudo isto é essencial para uma harmonização contabilística que permite uma comparação das demonstrações financeiras ao longo de vários períodos de tempo, mas também com outras entidades. De modo similar é importante referir que esta comparação é feita com elementos considerados gerais entre as empresas, visto que existem outras normas que tratam de critérios de mensuração, de reconhecimento

e outras divulgações de carácter mais específico e que são abordados por outras normas (Dias, 2010).

Através das várias intervenções do IASB nas revisões da IAS 1, verifica-se que existe uma preocupação que não se restringe à aproximação da informação divulgada por parte das entidades, mas também se percebe que as demonstrações financeiras devem ser consideradas como o elemento principal de comunicação para o mercado, em que os seus componentes devem mostrar-se dinâmicos e permitirem uma maior qualidade na informação reportada (Dias, 2010).

Em 2003, a implementação da IAS 1 pela UE foi concretizada através do Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão, de 29 de setembro de 2003, considerando os preceitos do Regulamento (CE) nº 1606//2002, do Parlamento Europeu e do Conselho. Este Regulamento surge no contexto de melhoria das normas por parte do IASB e na tentativa de diminuir as matérias que incentivavam as alternativas ao processo de harmonização, entrando em vigor a partir de março de 2007 ou em período anterior, se as empresas divulgassem esta informação. As diferenças mais significativas deste período de revisão da IAS 1, e de acordo com o Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão, estão relacionadas com a distinção entre ativos correntes e não correntes e ainda entre passivos correntes e não correntes. No que concerne à apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, os responsáveis das entidades terão de evidenciar os pressupostos e políticas contabilísticas adotados no exercício, nomeadamente quanto à continuidade da atividade da empresa e estimativas que possam ter capacidade de influenciar as quantias escrituradas dos ativos e passivos.

No âmbito da legislação da UE, o Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 03 de novembro de 2008, adota determinadas normas, incluindo a IAS 1, considerando o Regulamento (CE) nº 1606/2002 que foi a base de todo este processo. Este Regulamento teve a função de compilar várias normas que eram adotadas pelos estados-membros e, desta forma, substituiu todos os anteriores para que a informação seja mais clara e transparente. O objetivo da IAS 1 é precisamente o de «prescrever a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais, por forma a assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras» (cf. §1, Regulamento (CE) nº 1126/2008).

No mesmo ano, a UE emite o Regulamento nº 1274/2008 da Comissão, de 17 de dezembro de 2008, que contém algumas alterações à IAS 1, designadamente aquelas que constam da revisão de 2007, mas que ainda não estavam publicadas. Este último Regulamento entrou em vigor no ano de 2009, substituindo a versão anterior da IAS 1, e apresenta ainda como

principal diferença a denominação de alguns componentes das demonstrações financeiras. O balanço apresenta-se assim como a “demonstração da posição financeira” (cf. §54 e seguintes, Regulamento (CE) nº1274/2008) e a demonstração dos resultados passa a ter a designação de “demonstração do rendimento integral” (cf. §81 e seguintes, Regulamento (CE) nº1274/2008).

O Regulamento (UE) nº 475/2012 da Comissão, de 05 de julho de 2012, altera também a IAS 1. Esta modificação foi mais sentida no conjunto de demonstrações financeiras que, para além da demonstração da posição financeira, da demonstração de alterações ao capital próprio, da demonstração de fluxos de caixa e das notas, compreende também uma demonstração dos resultados e de outro rendimento integral. Assim, o conceito de demonstração dos resultados surge novamente como um mapa a ser divulgado pelas entidades.

Com o Regulamento (UE) nº 2015/2406 da Comissão, de 18 de dezembro de 2015 foram introduzidas emendas à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, com o objetivo de incentivar as empresas a divulgarem a informação de forma mais eficaz e também para incitar os gestores a aplicarem o julgamento profissional no modo de divulgação da informação. Com este Regulamento, o conjunto completo de demonstrações financeiras compreende (cf. §10, Regulamento (UE) nº 2015/2406):

- Demonstração da Posição Financeira no final do período;
- Demonstração do Resultado e outro Rendimento Integral do período;
- Demonstração de Alterações no Capital Próprio do período;
- Demonstração dos fluxos de caixa do período;
- Notas (incluem as políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas);
- Demonstração da posição financeira do início do período precedente quando há adoção de uma política contabilística com efeitos retroativos.

Desde a génese da norma que estes mapas tinham como intuito relatar informação sobre a liquidez da empresa. A IAS 1 pretende também descrever os componentes das

demonstrações financeiras que contempla, como forma de garantir que entidades diferentes tenham alguma base para a construção dos seus mapas. Só deste modo é possível comparar a informação entre empresas e para períodos diferentes, garantindo também a utilidade da mesma para a tomada de decisão. Assim, esta norma contém as bases para a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, que apresentam obrigatoriedades e limitações relativamente à sua preparação e divulgação (Dias, 2010).

A demonstração financeira é abordada na subsecção seguinte como forma de apresentar os elementos mínimos obrigatórios para divulgação, de acordo com a IAS 1.

### **2.3.2. A demonstração da posição financeira**

Considerando a importância que a demonstração da posição financeira (balanço) assume na presente dissertação, uma vez que são analisados componentes da mesma, importa referir que este mapa apresenta um conjunto de elementos muito importante para a avaliação de uma empresa. A IAS 1 determina os itens mínimos para serem apresentados, mas não indica qualquer ordem de apresentação ou formato dos seus componentes (Albuquerque, *et. al*, 2017).

De acordo com Dumarchey (1943) o Balanço é uma expressão da relação que existe entre o Ativo, o Passivo e a Situação Líquida (denominada atualmente por capital próprio). Este pensador da Escola Neocontista foi muito importante na área da Contabilidade, visto que atribuía importância máxima ao Balanço, na medida em que este apresenta uma natureza estática e permite ainda conhecer os recursos económicos e financiamentos numa determinada data.

Considerando a versão atual da IAS 1, no §54, são indicados os elementos mínimos que devem constar na demonstração da posição financeira, como demonstra o quadro seguinte:

#### Quadro 2.3.1 Elementos mínimos da demonstração da posição financeira

---

§ 54	A demonstração da posição financeira deve incluir linhas de itens que apresentem as quantias seguintes:
a)	Ativos fixos tangíveis;
b)	Propriedade de investimento;
c)	Ativos intangíveis;
d)	Ativos financeiros [excluindo quantias apresentadas segundo as alíneas e), h) e i)]; Investimentos contabilizados pelo uso do método da equivalência patrimonial (equity method);
e)	Ativos biológicos;
f)	Inventários;
g)	Contas a receber comerciais e outras;
h)	Caixa e equivalentes de caixa;
i)	Contas a pagar comerciais e outras;
j)	Provisões;
k)	Passivos financeiros [excluindo quantias apresentadas segundo as alíneas j) e k)]; Passivos e ativos para imposto corrente, conforme definido na IAS 12 Impostos sobre o
l)	Rendimento;
m)	Capital emitido e reservas atribuíveis aos detentores de capital próprio da empresa-mãe.

---

**Fonte** Adaptado do Regulamento (CE) nº 1274/2008, de 17 de dezembro, §54

Todavia, no §57 do mesmo Regulamento está também explícito que a IAS 1 não estabelece a ordem ou o formato da apresentação dos componentes, apenas indica os elementos de natureza e função diferentes e que, por esse motivo, devem ser apresentados de forma separada na demonstração da posição financeira. Este mapa apresenta os ativos e os passivos agrupados em correntes e não correntes, conforme estes sejam obtidos e liquidados, respetivamente, num prazo inferior ou superior a 1 ano.

No entanto, e apesar de indicar os elementos obrigatórios, é possível que a pressão para as empresas atingirem determinados rácios e índices seja motivo para algum incumprimento ou desfasamento de informação. É importante salientar que para avaliar o nível de comparabilidade de divulgação entre empresas a IAS 1 é a ferramenta essencial, na medida em que é uma norma aplicada transversalmente a todas as entidades (Inácio, 2016).

Face ao disposto, a IAS 1 evidencia que a comparação da informação financeira é um dos objetivos que se pretende para o relato financeiro. Desta forma, importa averiguar se existe algum fator interno ou externo à empresa que afeta a divulgação de informação e, por conseguinte, a comparabilidade. A seguir apresentam-se alguns estudos empíricos relacionados com a análise da relação existente entre determinadas variáveis e a divulgação de informação das empresas.

## 2.4 Variáveis explicativas da divulgação

Apesar da IAS 1 reunir o conjunto de elementos mínimos que devem ser divulgados pelas entidades, alguns estudos que a seguir se apresentam demonstraram que existem variáveis que influenciam o modo de divulgação das entidades.

Mutawaa e Hewaidy (2010) desenvolveram um estudo que tem como amostra as 48 empresas cotadas não financeiras do Kuwait, para o exercício de 2006. Esta investigação analisava o cumprimento de doze IAS, sendo que uma das normas em análise era precisamente a IAS 1, em que as empresas alcançaram em média um grau de conformidade para com os requisitos de 77,06%. As características que foram analisadas concretizaram-se na dimensão da empresa, no setor de atividade, na rendibilidade, na solvabilidade, na liquidez, no tipo de empresa responsável pela auditoria e na idade da entidade. Os resultados desta investigação demonstraram que o tipo de setor (empresas de investimento) e a dimensão da empresa (mensurada através do total de ativos e da receita total da empresa) são variáveis que apresentaram uma relação estatisticamente positiva para o grau de conformidade encontrado. As restantes variáveis não demonstraram uma relação significativa.

A IAS 1 foi também a base para outro estudo em que foram selecionadas entidades de alguns países (Portugal, Espanha, Reino Unido, França, EUA e Austrália) que fossem cotadas na bolsa e que tivessem a mesma atividade na área do retalho e distribuição. Assim, Dias (2010) analisou as demonstrações financeiras das empresas dos vários países que constituíam a amostra e verificou que estes produziam as demonstrações financeiras para determinado fim, não tendo como objetivo contribuir para a comparabilidade da informação. Sendo a variável o país de origem das entidades, constatou-se que os componentes da IAS 1 eram apresentados com algumas diferenças de acordo com as estratégias que as empresas definiam, mas ainda assim com um índice de comparabilidade total da demonstração da posição financeira situado entre 0,6429 e 0,0095.

Outro estudo que adota algumas variáveis para justificar os níveis de conformidade encontrados remete para a investigação de Popova *et. al* (2013), que tem como amostra 20 empresas não financeiras do Reino Unido e que estão cotadas no índice Financial Times Stock Exchange 350 (FTSE 350). O estudo englobou várias normas do IASB e o período de análise foi entre 2006 a 2010, o que tornou possível a verificação do aumento do nível de divulgação de informação ao longo dos anos. Os resultados obtidos traduzem-se numa maior

divulgação de informação quando está em causa a variável que representa o valor da empresa, a idade e ainda a solvabilidade. Em sentido oposto, a rendibilidade e a dimensão da entidade mostraram-se com uma relação pouco significativa face às divulgações.

Yiadow e Atsunyo (2014) no seu estudo integraram na sua amostra 31 empresas cotadas no *Ghana Stock Exchange* (GSE) para o período de 2010. As variáveis utilizadas foram a dimensão da empresa, rendibilidade, tipo de empresa auditora, internacionalização, solvabilidade e ainda o tipo de setor de atividade. Relativamente ao grau de conformidade encontrado para com a IAS 1 este foi de 80,90% ao mesmo tempo que as variáveis com maior influência foram a rendibilidade, a internacionalização, o tipo de auditor e o tipo de setor de atividade (setor de indústria e comércio). Por outro lado, a solvabilidade não apresentou uma relação estatisticamente significativa.

Outro estudo relacionado com a introdução de variáveis foi elaborado por Gaio e Mateus (2014) em que na sua amostra estavam incluídas 38 empresas portuguesas não financeiras cotadas na *Euronext Lisboa*, no ano de 2010. As determinantes utilizadas para este estudo são: a dimensão, o setor de atividade, a rendibilidade, a internacionalização e o tipo de entidade auditora. Foram ainda considerados 101 itens da IAS 1 que, através do índice de divulgação construído, permitiu atingir um nível de cumprimento de 81%. As variáveis que obtiveram uma relação mais significativa e positiva com os níveis de divulgação encontrados neste estudo foram a dimensão da empresa (medida através do total de ativo líquido) e o tipo de empresas auditora (empresa auditada por uma *Big 4* ou por outras empresas de auditoria). As restantes variáveis não demonstraram ter uma associação significativa com os resultados do grau de divulgação de informação.

Aljifri, Alzarouni, Ng e Tahir (2014) no seu estudo sobre a associação entre as características das empresas e as divulgações exigidas pelas normas adotadas pelos Emirados Árabes Unidos, aplicaram algumas variáveis tais como o tipo de setor de atividade, a rendibilidade, a liquidez, a dimensão da empresa, a estrutura da empresa, a composição do conselho de administração e a existência de comité de auditoria. Os resultados encontrados demonstraram que não existia uma relação positiva e significativa quando a variável é a dimensão do conselho de administração. Por outro lado, o tipo de setor de atividade tem uma relação positiva e significativa com o nível de divulgação encontrado, nomeadamente as empresas que se enquadram no setor bancário, que apresentaram uma relação mais considerável.

De forma resumida, são apresentados no quadro seguinte os estudos mencionados anteriormente e os seus principais resultados.

Quadro 2.4.1 Estudos relativos ao nível de comparabilidade da informação de acordo com a IAS 1.

	Mutawaa e Hewaidy (2010)	Dias (2010)	Popova <i>et. al</i> (2013)	Yiadow e Atsunyo (2014)	Gaio e Mateus (2014)
Ano em análise	2006	2005 e 2008	2006 a 2010	2010	2008 e 2010
País	Kuwait	Portugal, Espanha, Reino Unido, França, EUA e Austrália	Reino Unido	Gana	Portugal
Amostra	48 empresas não financeiras cotadas em bolsa	15 empresas cotadas em bolsa do setor do retalho e distribuição	20 empresas não financeiras cotadas no FTSE 350	31 empresas cotadas (GSE)	40 e 47 empresas cotadas na Euronext Lisbon
Normas estudadas	IAS: 1, 10, 14, 16, 18, 21, 23, 24, 27, 28, 32 e 34	IAS 1	Várias normas do IASB, excluindo as IAS 34, 41, 29, 32, 39 e IFRS 9	IAS 1	IAS 1
Grau de Conformidade	IAS 1: 77%	Demonstração da Posição Financeira: [0,6429; 0,0095]	Média para as várias normas: 91,51%	IAS 1: 80,9%	81%

Face aos estudos mencionados, verifica-se que grande parte dos estudos assumem várias normas para a definição dos seus objetivos e não apenas a IAS 1. O mesmo sucede quando estão em causa empresas que integram o PSI 20, para as quais não existem estudos consideráveis nesta matéria.

De seguida são apresentados o modelo de análise e as metodologias que vão no sentido de obter resposta à problemática encontrada.

### 3. MODELO DE ANÁLISE E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS

No presente capítulo serão abordados aspetos sobre a temática da existência de fatores que afetam a divulgação de informação das empresas e que motivou a pergunta de investigação. Para além disto, são desenvolvidos os objetivos e as hipóteses do estudo que se pretendem validar, mas também é feita referência ao modo como o IC é construído através da

verificação dos elementos obrigatórios da IAS 1 previstos na demonstração da posição financeira das empresas que constituem a amostra. No mesmo sentido, são apresentadas as variáveis independentes, bem como o seu modo de determinação, através da análise dos Relatórios e Contas das empresas selecionadas.

### **3.1 Tema e pergunta de investigação**

As normas produzidas pelo IASB têm como principal objetivo aumentar a qualidade do relato financeiro bem como a comparabilidade da informação divulgada pelas empresas. No mesmo sentido, a comparabilidade serve essencialmente para verificar se em transações similares as operações são reconhecidas de forma consistente em toda a entidade e ao longo do tempo (Stolowy & Ding, 2003). Nesta medida, o IASB procurou através da IAS 1 encontrar e aplicar um modelo comum para as empresas adotarem nas suas demonstrações financeiras. Porém, e mesmo com a divulgação obrigatória de elementos mínimos, é possível que os mapas financeiros sejam afetados por fatores intrínsecos à empresa e ainda por outras variáveis externas. Tal facto demonstra que apesar das tentativas de harmonização contabilística, não implica que deixem de existir práticas divergentes nesta matéria, nomeadamente na apresentação da demonstração da posição financeira, uma vez que a divulgação é uma construção abstrata que carece de características que podem determinar a sua qualidade (Popova *et. al*, 2013).

Após a obrigatoriedade de as empresas cotadas em bolsa adotarem as IAS/IFRS a partir de 2005, a comunidade científica demonstrou um grande interesse em compreender se de facto esta harmonização aumentou ao longo dos anos, conforme demonstraram os estudos de Popova *et. al* (2013) e Lopes (2014). Desta forma, esta investigação contextualiza-se precisamente na comparabilidade da demonstração da posição financeira das empresas que integram o PSI 20 para os períodos de 2012 e 2017.

No mercado atual a informação empresarial divulgada está cada vez mais associada ao valor da própria empresa, motivando as entidades a reconsiderarem o modo como comunicam com o mercado. Todavia, para as empresas que constituem o PSI 20 não foram realizados estudos nesta matéria e, desta forma, é importante compreender se existe alguma relação entre o modo de divulgação da informação através dos componentes da demonstração da posição financeira e estas empresas, que têm de considerar alguns requisitos para integrar este índice. A divulgação voluntária (informação que a empresa divulga por considerar que obtém benefícios ao nível do seu valor de mercado) está a ter cada vez maior importância e, por

isso, pretende-se compreender quais as características que mais influenciam as empresas nas suas divulgações.

Após a apresentação da temática em estudo são construídas as seguintes perguntas de investigação:

→ A divulgação de informação contabilística aumentou ao longo dos anos?

→ A comparabilidade da informação é influenciada pelo nível de divulgação de elementos da demonstração da posição financeira?

### **3.2. Objetivos e hipóteses de investigação**

Pelo facto de a demonstração da posição financeira ser um canal de comunicação muito importante entre as sociedades e o mercado, o efeito de qualquer decisão irá repercutir-se neste mapa, pois este tem a capacidade de explicar as outras demonstrações financeiras (Dias, 2010).

Deste modo, o presente estudo tem como objetivos:

- i) Comparar a divulgação de informação mediante o índice de conformidade das empresas que constituem a amostra e demonstrar que houve um aumento da divulgação de informação de acordo com a IAS 1 de 2012 para 2017; e
- ii) Obtenção de dados que permitam sustentar as hipóteses de que existem variáveis que influenciam o nível de divulgação de alguns elementos da demonstração da posição financeira e, conseqüentemente, a comparabilidade entre as empresas do PSI 20.

Para a concretização destes objetivos são formuladas algumas hipóteses que, depois de confrontadas com o índice de conformidade, permitem analisar qual das variáveis determina o maior ou menor cumprimento dos requisitos da IAS 1.

Verificar a qualidade da informação que é reportada é um processo complexo e, desta forma é necessário recorrer a uma medida que dê a indicação do nível dessa qualidade (Gaio & Mateus, 2014). O IC utilizado neste estudo analisa alguns componentes da demonstração da posição financeira de acordo com a IAS 1 e verifica se as empresas divulgam essa

informação de acordo com o disposto na norma, o que permite identificar qual o IC de cada empresa e o IC total.

Considerandos os objetivos enunciados, são apresentadas as seguintes hipóteses que foram selecionadas dos estudos mencionados anteriormente e que compreendem a revisão da literatura, constituindo também a base para a pergunta de investigação indicada.

- Hipótese 1 (H1): o índice de conformidade aumentou de 2012 para 2017, considerando os requisitos da IAS 1 (IC: 2017>2012).

Importa referir que para os períodos em análise serão consideradas as atualizações do IASB à norma em estudo.

- Hipótese 2 (H2): existe uma relação negativa entre o nível de divulgação e a dimensão do conselho de administração (CA).

- Hipótese 3 (H3): existe uma relação positiva entre o nível de divulgação e o endividamento (END).

- Hipótese 4 (H4): existe uma relação positiva entre o nível de divulgação e a rendibilidade (REND).

- Hipótese 5 (H5): existe uma relação negativa entre o nível de divulgação e a liquidez (LIQ).

- Hipótese 6 (H6): existe uma relação positiva/negativa entre o nível de divulgação e o setor de atividade (SET).

- Hipótese 7 (H7): existe uma relação positiva entre o nível de divulgação e o tipo de empresa auditora (*BIG 4*).

- Hipótese 8 (H8): existe uma relação positiva entre o nível de divulgação e a internacionalização (INTERN).

Na secção seguinte será abordada a temática do IC e a sua construção para este estudo. São também apresentadas as variáveis utilizadas como forma de determinar a sua influência na divulgação de informação de acordo com a IAS 1.

### 3.3. O índice de conformidade e as variáveis do estudo

Para avaliar o cumprimento da divulgação da informação de acordo com a IAS 1 é utilizado o índice de conformidade (IC), que pode subdividir-se em ponderado e não ponderado. Na primeira situação os elementos que o constituem têm um grau de relevância diferente para o investigador; na segunda situação, os itens apresentam o mesmo grau de importância para quem constrói o índice e, por isso, é atribuído o valor de 1 se determinado elemento é divulgado pela entidade e 0 para as situações em que não há divulgação. Por tal facto, o índice ponderado evidencia maior subjetividade, o que pode influenciar de algum modo o resultado final. Quanto ao índice não ponderado, o investigador constrói-o atendendo às necessidades da sua investigação. Porém, pode também ser sujeito a julgamento pelo facto de todos os itens terem a mesma relevância (Hassan & Marston, 2010).

Na presente investigação, o índice construído apresenta as características de uma abordagem não ponderada, sendo atribuído o valor de 1 para os itens divulgados pela amostra do estudo e 0 para os elementos não divulgados na demonstração da posição financeira das entidades. Este IC representa o rácio entre todos os elementos divulgados pelas entidades e a soma dos 13 itens que constituem a listagem. Considera-se o seguinte resumo de itens que constituem o IC, subdivididos por áreas, de acordo com a IAS 1.

Quadro 3.3.1 Temáticas do IC de acordo com a IAS 1

<b>Índice de Conformidade</b>	<b>Itens</b>
Caraterísticas gerais	5
Estrutura e Conteúdo da Demonstração da Posição Financeira	8
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Nos apêndices 1 e 2 constam os itens da IAS 1 mais desenvolvidos e que serviram de base para a construção deste IC. De acordo com o procedimento utilizado nos estudos de Mutawaa e Hewaidy (2010) e Lopes (2014), que selecionaram os requisitos das IAS/IFRS que utilizaram nas suas investigações para a construção do IC, neste estudo foram igualmente selecionados alguns dos requisitos enunciados na IAS 1, relativos às características gerais, estrutura e conteúdo da demonstração da posição financeira. Os resultados obtidos serão objeto de comparação com as características das empresas selecionadas para esta investigação.

Relativamente às variáveis adotadas neste estudo, estas resultam de algumas investigações mencionados na revisão da literatura e que materializam as hipóteses apresentadas anteriormente. De seguida é apresentada uma breve descrição sobre as determinantes aplicadas e é feita uma alusão aos resultados que se esperam obter para esta amostra.

▪ IC: 2017>2012:

Através do IC construído com os elementos mencionados na IAS 1, a H1 pretende analisar se o nível de divulgação é superior em 2017 quando comparado com o ano de 2012.

▪ Conselho de Administração (CA):

Numa entidade pretende-se que o conselho de administração tenha funções de controlo interno. Porém, se este controlo for exercido por um maior número de membros, a comunicação e o processo de tomada de decisão podem ser afetados. Por outro lado, existe também uma possibilidade de maior cumprimento dos requisitos das normas contabilísticas, pois existe mais conhecimento sobre todo o sistema da empresa. Aljifri *et. al* (2014) no seu estudo sobre a associação entre as características das empresas e as divulgações exigidas nas normas adotadas pelos Emirados Árabes Unidos, demonstraram que não existia uma relação positiva quando a variável é a dimensão do conselho de administração.

De acordo com Sampaio (2018), a composição dos conselhos de administração das 18 empresas que constituíam o PSI 20 em 2017 representava 204 cargos de administração.

Esta variável está relacionada com o modo como as entidades são dirigidas e como se organizam para estabelecerem os seus objetivos. Assim, pode ser enquadrada numa variável de *corporate governance* (Aljifri *et. al*, 2014).

Considerando que esta é uma variável que depende sempre do número de elementos que compõe este órgão, a H2 pretende analisar se existe uma relação negativa entre um conselho de administração composto por mais elementos e o nível de divulgação de informação.

▪ Endividamento (END):

O endividamento é uma variável diretamente relacionada com a atividade operacional da empresa e que considera também algumas características da própria entidade, estando assim enquadrada numa variável de estrutura (Inácio, 2016).

No que diz respeito a esta variável, entende-se que demonstra o nível de endividamento de uma empresa, sendo esta uma característica que desperta especial interesse aos investidores, mas também aos principais credores. Este rácio financeiro indica a relação entre o total de passivo e o total de ativo de uma entidade e para o qual se pretende avaliar o risco de não cumprimento dos compromissos assumidos, sendo ainda possível prever eventuais riscos financeiros (Mutawaa & Hewaidy, 2010).

Popova *et. al* (2013) demonstraram no seu estudo que uma empresa com maior nível de endividamento terá de divulgar mais informação para os principais credores terem acesso a dados com importância para os mesmos.

No estudo de Mutawaa e Hewaidy (2010) esta variável demonstrou não ter uma relação positiva com o nível de divulgação, tal como também foi indicado pelo estudo de Yiadom e Atsunyo (2014), que evidenciou uma relação negativa, mas pouco significativa. Porém, no estudo de Popova *et. al* (2013), esta variável demonstrou-se com uma relação positiva e significativa.

Assim, a H3 analisa se existe uma relação positiva entre o nível de conformidade para com a IAS 1 e o nível de endividamento, que apresenta a seguinte expressão:

$$\text{Endividamento (\%)} = \text{Total Passivo} / \text{Total Ativo} \text{ (3.3.1)}$$

▪ Rendibilidade (REND):

Esta variável tem extrema importância uma vez que no mercado atual só há lugar para as empresas mais competitivas. Por este motivo, quando as empresas têm uma maior

rendibilidade, podem apresentar uma tendência de reportar essa informação para que os gestores tenham algum nível de compensação (Popova *et. al*, 2013). Esta determinante pode ser enquadrada numa variável de desempenho (Inácio, 2016 citado por Wallace *et. al*, 1994)<sup>2</sup>.

A rendibilidade é um indicador que traduz a eficiência da empresa no decurso da sua atividade. No estudo desenvolvido por Yiadom e Atsunyo (2014), os resultados apontam para uma relação positiva entre a rendibilidade e o grau de divulgação, uma vez que os gestores ficam motivados a divulgar os bons resultados para o mercado. Outros estudos indicam que esta variável não tem relevância estatística, conforme demonstra Gaio e Mateus (2014).

Com a H4 pretende-se averiguar se existe uma relação positiva entre a rendibilidade e o nível de divulgação, sendo para tal utilizada a Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP), denominada habitualmente por *Return on Equity* (ROE), em que:

#### **RCP = Resultado Líquido / Capital Próprio (3.3.2)**

##### ▪ Liquidez (LIQ):

A liquidez mede a razoabilidade da tesouraria, avaliando para tal a capacidade que a empresa tem de liquidar as suas obrigações no curto prazo (Mutawaa e Hewaidy, 2010).

Este indicador reflete essencialmente o ciclo operacional da empresa e regularmente é uma das características que mais peso tem para determinar a posição no mercado (Aljifri *et. al*, 2014).

No seu estudo Mutawaa e Hewiady (2010) demonstraram que a liquidez tinha uma relação negativa e significativa com o nível de divulgação, tal como também foi demonstrado por Aljifri *et. al* (2014).

Através da H5 pretende-se demonstrar que existe uma relação negativa entre a liquidez e o grau de conformidade, conforme revelam os estudos anteriores.

Assim, tem-se a seguinte expressão que evidencia a relação entre o ativo e passivo correntes:

---

<sup>2</sup> Wallace, R. S. O., Naser, K., & Mora, A. (1994) *The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain*. Accounting and Business Research.

### **Liquidez = Ativo Corrente / Passivo Corrente (3.3.3)**

#### ▪ Setor de Atividade (SET):

Existem setores de atividade mais propensos a níveis de divulgação elevados do que outros e, por isso, de acordo com Gaio e Mateus (2014), nem sempre os resultados dos estudos são conclusivos. Todavia, foi encontrada uma relação positiva quando estão em causa empresas do setor de investimento, conforme demonstram os estudos de Mutawaa e Hewaidy (2010) e Yiadow e Atsunyo (2014).

Esta variável apresenta características diferentes das restantes, visto que está diretamente relacionada com o mercado e, por este facto, é mais vulnerável às mudanças do mesmo. Por este motivo, o setor de atividade está inserido nas variáveis de mercado (Inácio, 2016 citado por Wallace *et. al*, 1994)<sup>3</sup>.

Assim, para a formulação da H6, não é possível determinar um resultado, na medida em que a amostra integra setores de atividade diferentes. No entanto, à semelhança do estudo de Gaio e Mateus (2014), foi utilizado o sistema de classificação do *Industry Classification Benchmark* (ICB), onde foi conferida uma variável *dummy* em que o valor de 0 é atribuído se se tratar de uma empresa que não pertence ao setor industrial e 1 se a empresa estiver enquadrada no setor industrial.

#### ▪ Empresa auditora (*Big 4*)

Uma empresa reconhecida internacionalmente no âmbito da auditoria consegue proporcionar maior credibilidade para as contas anuais de uma entidade, ao mesmo tempo que também exerce mais pressão para que os seus clientes cumpram os requisitos das normas. No mesmo sentido, as empresas de auditoria de maior dimensão têm uma imagem no mercado que pretendem que seja consistente (Gaio e Mateus, 2014).

À semelhança da variável do tipo de setor de atividade, a empresa auditora também está inserida na variável de mercado (Inácio, 2016 citado por Wallace *et. al*, 1994).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Wallace *et. al* (1994) *The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain*. Accounting and Business Research

<sup>4</sup> Wallace *et. al* (1994) *The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain*. Accounting and Business Research

Gaio e Mateus (2014) demonstraram no seu estudo que existe uma relação positiva entre a divulgação de informação e as empresas que são auditadas por uma entidade que compreende as *big 4*. Estas ainda divulgam mais informação comparativamente com as empresas que não são auditadas por nenhuma destas entidades (PWC, Delloite, EY e KPMG). Mutawaa e Hewaidy (2010) concluíram no seu estudo que o tipo de empresa auditora tinha uma relação positiva, mas estatisticamente não significativa.

Conforme os estudos mencionados anteriormente, nesta investigação será também utilizado o valor de 1 quando a empresa da amostra tem como auditora uma das *big 4* e o valor de 0 quando não está em causa nenhuma destas firmas.

Para a H7 pretende-se investigar se existe uma relação positiva entre o tipo de empresa auditora e o nível de divulgação de informação.

#### ▪ Internacionalização (INTERN)

A variável da internacionalização está relacionada com operações no exterior que motivam a divulgação de informação comparável para os utentes das demonstrações financeiras (Gaio e Mateus, 2014).

Yiadam e Atsunyo (2014) apresentaram no seu estudo os resultados desta variável que evidenciaram uma relação positiva, mas estatisticamente fraca. No que diz respeito ao estudo de Gaio e Mateus (2014), esta variável demonstrou-se pouco relevante para a explicação do nível de divulgação de informação.

Este indicador será avaliado através da relação entre vendas e prestações de serviços em outros países e a totalidade do volume de negócios (Gaio & Mateus, 2014). Deste modo, a H8 pretende verificar se existe uma relação positiva entre a variável da internacionalização e o nível de divulgação.

De seguida apresenta-se o quadro que sintetiza as hipóteses apresentadas, resumindo também os principais estudos que contribuiram para os pressupostos enunciados. No mesmo sentido é também indicado o resultado que é esperado para a relação entre as variáveis seleccionadas e o nível de conformidade para com a IAS 1.

Quadro 3.3.2 Relação entre os resultados esperados e estudos anteriores

Hipóteses	Variáveis	Resultado Esperado	Estudos relacionados com a temática
H1	IC: 2017>2012	+	
H2	CA	-	Aljifri <i>et. al</i> (2014)
H3	END	+	Popova <i>et. al</i> (2013)
H4	REND	+	Yiadam e Atsunyo (2014)
H5	LIQ	-	Mutawaa e Hewaidy (2010) Aljifri <i>et. al</i> (2014)
H6	SET	+/-	Gaio e Mateus (2014)
H7	BIG 4	+	Mutawaa e Hewaidy (2010)
H8	INTERN	+	Yiadam e Atsunyo (2014)

No capítulo seguinte são abordados os aspetos relacionados com a amostra do estudo e o método de recolha de dados, nomeadamente a determinação do IC e os métodos de apuramento das variáveis explicativas.

## 4. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 Amostra e Recolha de Dados

A amostra é constituída pelas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa que integravam o PSI 20 em 2012 e 2017. Excluem-se as empresas dos setores financeiro e segurador, uma vez que apresentam uma regulamentação específica. Não são incluídas também as empresas desportivas, pois têm um período de relato diferente do ano civil e, por este motivo, não são comparáveis.

O PSI 20 é um índice de referência para o mercado de capitais português e no qual é indicada a evolução média das cotações das ações das empresas que o constituem. O PSI 20 surgiu em 1 de janeiro de 1993 e traduz a evolução média do valor das ações das 20 empresas que registam mais transações na bolsa portuguesa.

Deste modo, a amostra é constituída por um conjunto de 32 observações que apresentaram algumas diferenças no seu relato financeiro, uma vez que alguns elementos foram divulgados de uma forma mais clara e objetiva e para outros já não se verificava tal situação.

O IC foi determinado procedendo à verificação em cada empresa dos itens que constituem o referido índice, calculando o rácio entre os itens encontrados e o total de elementos selecionados.

O quadro seguinte apresenta as empresas que constituem esta amostra com algumas informações adicionais, nomeadamente o IC encontrado e o setor de atividade.

Quadro 4.1.1 Empresas que constituem a amostra

Empresas	Ano	Setor de Atividade	Índice de Divulgação
Altri SGPS SA	2012	2000 - Industrials	0,923
Altri SGPS SA	2017	2000 - Industrials	0,923
Cofina	2012	5000 - Consumer Services	0,846
Corticeira Amorim SGPS SA	2017	3000 - Consumer Goods	0,923
EDP - Energias de Portugal SA	2012	7000 - Utilities	0,846
EDP - Energias de Portugal SA	2017	7000 - Utilities	0,923
EDP Renováveis, SA	2012	7000 - Utilities	0,846
EDP Renováveis, SA	2017	7000 - Utilities	0,923
Galp Energia SGPS SA	2012	0500 - Oil and Gas	0,769
Galp Energia SGPS SA	2017	0500 - Oil and Gas	0,769
Ibersol SGPS SA	2017	2000 - Industrials	0,692
Jerónimo Martins SGPS SA	2012	5000 - Consumer Services	0,615
Jerónimo Martins SGPS SA	2017	5000 - Consumer Services	0,615
Mota Engil Engenharia e Construção, SA**	2012	n.a	n.a
Mota Engil Engenharia e Construção, SA	2017	2000 - Industrials	0,692
NOS SGPS SA*	2017	6000 - Telecommunications	0,846
NovaBase SGPS SA	2017	2790 - Support Services	0,923
Portucel Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SA***	2012	1000 - Basic Materials	0,692
The Navigator***	2017	1000 - Basic Materials	0,769
Portugal Telecom SGPS SA****	2012	6000 - Telecommunications	0,692
Pharol SGPS SA****	2017	6000 - Telecommunications	0,385
Ren - Redes Energéticas Nacionais SGPS SA	2012	7000 - Utilities	0,923
Ren - Redes Energéticas Nacionais SGPS SA	2017	7000 - Utilities	0,923
Semapa - Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS SA	2012	1000 - Basic Materials	0,692
Semapa - Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS SA	2017	1000 - Basic Materials	0,846
Sonae SGPS SA	2012	5000 - Consumer Services	0,769
Sonae SGPS SA	2017	5000 - Consumer Services	0,769
Sonae Indústria SGPS SA	2012	2000 - Industrials	0,846
Sonae Indústria SGPS SA	2017	2000 - Industrials	0,846
SonaeCom SGPS SA	2012	6000 - Telecommunications	0,692
Sonae Capital	2017	2000 - Industrials	0,846
Zon Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA*	2012	5000 - Consumer Services	0,846
n.a. (não aplicável)			
* A entidade Zon Multimédia alterou a sua designação para NOS SGPS SA			
** não estavam disponíveis os dados para o ano de 2012			
*** A entidade Portucel, SA alterou a sua designação para The Navigator Company			
**** A entidade Portugal Telecom SGPS SA alterou a sua designação para Pharol SGPS SA			

A escolha dos períodos de 2012 e 2017 deve-se essencialmente, e para a primeira data, ao facto de ainda não estarem em vigor as novas regras para integrar o PSI 20, que só se efetivaram a partir de 2014; para o ano de 2017, já com as novas regras em vigor, este período foi marcado pela saída de duas empresas (Cimpor e a Sumol-Compal) mas também por um aumento de 26% do lucro das empresas cotadas, o que levou à valorização do PSI 20 em 15,2%. Nesta amostra só estão consideradas as empresas que utilizam as IFRS conforme adotadas pela UE e que tenham o seu período contabilístico igual ao ano civil.

Para a recolha da informação foram analisados os Relatórios e Contas de 2012 e 2017 disponíveis nas páginas eletrónicas oficiais das empresas. Pela importância que estes documentos apresentam, consideram-se fontes de informação fidedigna.

## **4.2 Paradigma da Investigação**

No presente estudo o paradigma de investigação adotado é o positivista. Em relação a esta temática Lopes (2014, p.14) afirma que

the positivist approach evidences the way to achieve the truth, believing that it is always possible to predict that world. This is also a replicable research, based on its findings generalization. Through a deductive reasoning, cause and effect relations are tested within structured and multilateral frameworks.

Tal significa que o investigador procura encontrar a natureza da realidade e, desta forma, existe independência entre o investigador e o objeto do estudo. O instrumento de recolha de dados é o centro da investigação, o que implica que este seja um elemento fulcral no progresso do estudo. O investigador deve estar ainda envolvido na investigação como um *insider* e ser capaz de refletir sobre ela como um *outsider*, na medida em que não pode apresentar as suas opiniões face aos resultados. Deste modo está intrínseco o carácter neutral do investigador que não tem influência no resultado final da investigação. Através do paradigma positivista não é criada teoria nova, mas através da pesquisa bibliográfica e das hipóteses formuladas é possível testar toda a informação já existente sobre o tema, sendo por isso mesmo um modelo mais linear em comparação com os restantes (Inácio, 2016).

Considerando os objetivos enunciados, esta investigação tem o propósito de analisar o relatório e contas das entidades selecionadas, mais concretamente as demonstrações da

posição financeira, e recolher elementos qualitativos e quantitativos para uma análise descritiva.

### 4.3 Modelos de Investigação

No intuito de dar resposta aos objetivos definidos é criado um índice de conformidade não ponderado em relação aos requisitos impostos pela IAS 1, conforme demonstram os apêndices 1 e 2. Para o conjunto dos 13 itens a analisar atribui-se o valor de 1 se esse elemento é divulgado na demonstração da posição financeira e 0 para a situação contrária.

O quadro 4.3.1 apresenta os 13 itens que compõem o IC:

Quadro 4.3.1 Índice de conformidade (IC)

Item	Descrição do item
IC1	Apresentação do conjunto de demonstrações financeiras
IC2	Apresentação da demonstração da posição financeira em conformidade com as IFRS, mediante declaração explícita desse cumprimento
IC3	Apresentação da demonstração da posição financeira numa base de continuidade
IC4	Apresentação de informação comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias
IC5	Apresentação da data do fim do período de relato
IC6	Apresentação do nível de arredondamento para a divulgação das quantias
IC7	Apresentação separada de ativos/passivos correntes e ativos/passivos não correntes
IC8	Apresentação de uma reconciliação da quantidade de ações em circulação no início e no fim do período
IC9	Apresentação da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do Capital Próprio
IC10	Apresentação de Ativos Fixos Tangíveis
IC11	Apresentação de Ativos Intangíveis
IC12	Apresentação de Provisões
IC13	Apresentação de Investimentos contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Fonte Adaptado de Albuquerque *et. al* (2017, p. 12)

Os autores Mutawaa e Hewaidy (2010) referem que um índice de conformidade é calculado através do rácio entre o número de itens que cada empresa divulga e os itens que deveriam ser divulgados.

Deste modo, são analisados 32 Relatórios e Contas e registam-se quais os itens aplicáveis à entidade e divulgados (1) e aqueles que apesar de serem aplicáveis, não foram divulgados (0). Se algum dos itens apresentados não for aplicável à entidade, este não é considerado no IC.

Assim, é apresentada a seguinte expressão:

$$IC = \frac{\sum_{i=1}^m di}{\sum_{i=1}^n dp} \quad (4.3.1)$$

Onde:

**d** = 1 quando o elemento é divulgado pela entidade;

**d** = 0 quando o elemento não é divulgado pela entidade;

**m** = número de itens divulgados;

**n** = número de itens suscetíveis de divulgação.

O valor do índice varia entre 0 e 1, sendo que quanto maior for o índice maior também será o nível de conformidade para com a IAS 1 (Mutawaa & Hewaidy, 2010). Este procedimento foi realizado para cada entidade da amostra e para cada item de verificação, constituindo assim a variável dependente (IC) do modelo de regressão linear múltipla.

Para completar o modelo de investigação são definidas as variáveis independentes já mencionadas anteriormente, mas que são apresentadas de seguida no quadro seguinte com a respetiva forma de determinação.

Quadro 4.3.2 Variáveis independentes e formas de determinação

Variável Independente	Determinação
<b>CA</b>	Número de membros do conselho de administração  Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguinte classificação: <b>0: inferior a 10 elementos</b> <b>1: superior a 10 elementos</b>
<b>END</b>	$\text{Endividamento} = \text{Total Passivo} / \text{Total Ativo} * 100$
<b>REND</b>	$\text{Rendibilidade} = \text{Resultado Líquido} / \text{Capital Próprio}$
<b>LIQ</b>	$\text{Liquidez} = \text{Ativo Corrente} / \text{Passivo Corrente}$
<b>SET</b>	Entidades pertencentes, ou não, ao setor industrial de acordo com o ICB  Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguinte classificação: <b>0: não pertence ao setor industrial</b> <b>1: pertence ao setor industrial</b>
<b>BIG 4</b>	Entidades classificadas, ou não, como sendo auditadas por uma das <i>Big 4</i>  Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguinte classificação: <b>0: não pertence às Big 4</b> <b>1: pertence às Big 4</b>
<b>INTERN</b>	Relação entre as vendas e prestações de serviços em outros países e a totalidade do volume de negócios

Fonte Adaptado Albuquerque *et. al* (2017, p.13-14)

No capítulo seguinte são apresentados os dados estatísticos e os outputs em relação aos IC encontrados. No mesmo sentido é também analisada estatisticamente a variável dependente (IC) e as demais características das empresas, que constituem as variáveis independentes do estudo. Por fim, é feita também uma análise aos resultados obtidos através do modelo da regressão linear múltipla e são comparados com os estudos que serviram de base para a pergunta de investigação.

## 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são analisadas as entidades selecionadas para a amostra quanto ao seu nível de divulgação de acordo com a IAS 1. No mesmo sentido, através da estatística descritiva e do modelo de regressão linear múltipla é observada a relação entre o IC encontrado e as

caraterísticas das empresas. Considerando os resultados encontrados, é feita uma comparação com a literatura, sendo apresentada uma avaliação crítica dos mesmos.

## 5.1 Análise estatística

Para a descrição de alguns dados estatísticos das entidades que compreendem a amostra são considerados os dois períodos em análise de forma individual. Todavia, é importante considerar que entre os dados de 2012 e 2017 algumas entidades não fazem parte do PSI 20 simultaneamente nos dois períodos e o número de empresas que integravam este índice diminuiu (em 2012 o PSI 20 era constituído por 20 empresas e em 2017 apenas por 18).

Considerando estas especificidades para os períodos em análise e no que diz respeito às empresas que faziam parte deste índice bolsista, para uma maior simplificação é adotada a terminologia de IC 1 para os resultados encontrados no ano de 2012 e IC 2 para o ano de 2017.

Relativamente aos resultados encontrados para o IC, no ano de 2012 verifica-se que as empresas Altri SGPS, S.A. e a REN – Redes Energéticas Nacionais SGPS, S.A. apresentam os valores mais elevados (IC = 92,30% para ambas). Para o período de 2017 as empresas que divulgaram mais informação de acordo com os requisitos da IAS 1 foram a Altri SGPS, S.A., a Corticeira Amorim SGPS S.A., a EDP Renováveis, S.A., NovaBase SGPS, S.A. e a REN - Redes Energéticas Nacionais SGPS, S.A.

No que concerne às variáveis *dummy* (conselho de administração, *big 4* e setor de atividade), de seguida é apresentada a relação entre estas e o IC para cada um dos períodos.

Para o ano de 2012, e no que concerne à variável independente CA, a empresa que apresenta um maior número de membros é a empresa Portugal Telecom SGPS S.A. (23 membros). Por outro lado, a empresa que tem o conselho de administração com mais elementos em 2017 é a Galp Energia SGPS S.A (19 membros).

No quadro 5.1.1 é demonstrada a relação existente entre o IC 1, considerando o modo de determinação relativo ao número de elementos que constituem o conselho de administração, e a variável CA.

Quadro 5.1.1 Relação entre o IC 1 e CA

	<b>Mínimo IC 1</b>	<b>Máximo IC 1</b>	<b>Média IC 1</b>	<b>Desvio Padrão IC 1</b>
0 - Inferior a 10 elementos	0,000	0,923	0,705	0,318
1 - igual ou superior a 10 elementos	0,615	0,923	0,752	0,094
<b>Total Geral</b>	<b>0,000</b>	<b>0,923</b>	<b>0,733</b>	<b>0,216</b>

Relativamente ao impacto que esta variável apresenta no cumprimento dos requisitos da IAS 1, constata-se que existe uma relação positiva entre o número de elementos do CA e o nível de divulgação das entidades apesar de não ser muito significativa, uma vez que o valor das médias é muito semelhante. Tal facto é demonstrado pelo valor da média do IC1 ser superior quando a empresa tem 10 ou mais elementos na composição do conselho de administração e, no mesmo sentido, o desvio padrão é inferior ao total do desvio do IC 1 (média = 0,752; desvio padrão = 0,094).

No quadro 5.1.2 são apresentadas as mesmas variáveis para o ano de 2017 e está evidenciado o impacto da composição do conselho de administração na divulgação de informação.

Quadro 5.1.2 Relação entre o IC 2 e CA

	<b>Mínimo IC 2</b>	<b>Máximo IC 2</b>	<b>Média IC 2</b>	<b>Desvio Padrão IC 2</b>
0- Inferior a 10 elementos	0,615	0,923	0,829	0,107
1- igual ou superior a 10 elementos	0,385	0,923	0,769	0,163
<b>Total Geral</b>	<b>0,385</b>	<b>0,923</b>	<b>0,801</b>	<b>0,140</b>

Conforme a tabela demonstra, existe uma relação entre as variáveis uma vez que as médias são diferentes entre si. Porém, verifica-se que a média de divulgação é superior quando o CA é composto por menos elementos, evidenciando uma relação negativa. No mesmo sentido, o desvio padrão também é inferior ao somatório da variável IC 2, o que reforça esta associação negativa entre as duas variáveis analisadas (média = 0,829; desvio padrão = 0,107).

Esta situação permite também ir ao encontro do estudo de Aljifri *et. al* (2014), uma vez que apesar dos resultados para o ano de 2012 revelarem uma relação positiva, esta não se mostra significativa. Por outro lado, para o ano de 2017, os resultados demonstraram que existe uma relação negativa entre as variáveis e, desta forma, corrobora o estudo mencionado anteriormente.

Através da análise dos quadros anteriores é possível verificar que a média do IC em 2017 é maior do que em 2012, o que revela que o nível de divulgação aumentou de um período para o outro.

Relativamente à variável independente *Big 4*, nas 32 observações efetuadas apenas duas entidades (6,25%) foram auditadas por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não fazem parte das *Big 4*.

Quanto ao impacto desta variável no cumprimento dos requisitos da IAS 1, os quadros 5.1.3 e 5.1.4 apresentam os seguintes resultados:

Quadro 5.1.3 Relação entre o IC 1 e a entidade auditora (*Big 4*)

	Mínimo IC 1	Máximo IC 1	Média IC 1	Desvio Padrão IC 1
0 - Não pertence às Big 4	0,000	0,846	0,423	0,423
1 - pertence às Big 4	0,615	0,923	0,781	0,095
<b>Total Geral</b>	<b>0,000</b>	<b>0,923</b>	<b>0,733</b>	<b>0,216</b>

Quadro 5.1.4 Relação entre o IC 2 e a entidade auditora (*Big 4*)

	Mínimo IC 2	Máximo IC 2	Média IC 2	Desvio Padrão IC 2
0 - Não pertence às Big 4	0,385	0,385	0,385	0,000
1 - pertence às Big 4	0,615	0,923	0,827	0,096
<b>Total Geral</b>	<b>0,385</b>	<b>0,923</b>	<b>0,801</b>	<b>0,140</b>

A primeira tabela demonstra que em 2012 existe uma relação positiva entre o nível de divulgação de acordo com a IAS 1 e o tipo de entidade auditora. É possível igualmente constatar que a média do IC 1 é superior quando a auditoria está a cargo de uma *Big 4* e o desvio padrão é inferior relativamente ao total do desvio padrão do IC 1 (média = 0,781; desvio padrão = 0,095).

Em 2017, uma vez mais verifica-se que a média do IC 2 é superior quando a entidade auditora é uma das *Big 4* e o desvio padrão também é inferior ao total do desvio padrão.

Assim, estas conclusões vão ao encontro do resultado esperado, conforme já demonstrado no estudo de Gaio e Mateus (2014), que demonstrou existir uma relação positiva entre estas determinantes.

A terceira variável *dummy*, o setor de atividade, teve como base a classificação do ICB, conforme mencionado anteriormente, e o IC foi construído de forma a identificar as entidades que fazem parte do setor industrial (1) e aquelas que pertencem a outros setores (0).

Os quadros 5.1.5 e 5.1.6 apresentam os resultados relativos à relação entre o tipo de setor de atividade das entidades e o índice de conformidade encontrado para os dois períodos em análise.

Quadro 5.1.5 Relação entre o IC 1 e o setor de atividade

	Mínimo IC 1	Máximo IC 1	Média IC 1	Desvio Padrão IC 1
0 - Não pertence ao setor Industrial	0,000	0,923	0,710	0,222
1 - Pertence ao setor industrial	0,846	0,923	0,885	0,038
<b>Total Geral</b>	<b>0,000</b>	<b>0,923</b>	<b>0,733</b>	<b>0,216</b>

Quadro 5.1.6 Relação entre o IC 2 e o setor de atividade

	Mínimo IC 2	Máximo IC 2	Média IC 2	Desvio Padrão IC 2
0 - Não pertence ao setor Industrial	0,692	0,923	0,800	0,092
1 - Pertence ao setor industrial	0,385	0,923	0,801	0,155
<b>Total Geral</b>	<b>0,385</b>	<b>0,923</b>	<b>0,801</b>	<b>0,140</b>

Num primeiro momento, para o ano de 2012, a média do índice de divulgação é superior quando se trata de entidades do setor industrial e o desvio padrão também é inferior ao desvio padrão do total do IC 1, evidenciando que existe uma relação entre as variáveis (média = 0,885; desvio padrão = 0,038). No entanto, devido à diferença mínima existente entre as médias, considera-se que esta relação é pouco significativa.

Por outro lado, em 2017 verifica-se que não há relação entre as variáveis porque as médias são muito próximas (média (0) = 0,800; média (1) = 0,801).

Assim, conforme o estudo de Gaio e Mateus (2014), não é possível prever a relação existente entre estas variáveis, apesar de os resultados terem sido conclusivos relativamente à não existência de qualquer relação entre o setor de atividade e o nível de divulgação. Na presente situação, o resultado alcançado também evidencia a existência de uma relação muito pouco significativa em 2012 e uma relação inexistente para o período de 2017.

Com o intuito de apresentar uma visão global das demais variáveis quantitativas e do IC, o quadro 5.1.7 agrega diversas estatísticas descritivas, nomeadamente o mínimo, o máximo, a média e o desvio padrão.

Quadro 5.1.7 Estatísticas descritivas

	Mínimo		Máximo		Média		Desvio Padrão		Mediana	
	2012	2017	2012	2017	2012	2017	2012	2017	2012	2017
IC	0,000	0,385	0,923	0,923	0,733	0,801	0,216	0,140	0,769	0,846
END	0,000	0,027	0,897	0,871	0,666	0,580	0,232	0,175	0,732	0,619
REND	-0,740	-3,081	0,342	0,593	0,073	-0,052	0,238	0,768	0,112	0,101
LIQ	0,000	0,478	1,665	3,474	0,812	1,264	0,454	0,733	0,825	1,133
INTERN	0,000	0,000	1,000	0,943	0,499	0,349	0,420	0,371	0,594	0,103

Analisando o IC é possível verificar que houve um aumento de 2012 para 2017, como demonstra a média (média = 0,733 em 2012 e média = 0,801 em 2017). A dispersão destes valores em relação à média é de 0,216 e 0,140 para 2012 e 2017, respetivamente. Este aumento dos níveis de divulgação deve-se eventualmente a uma maior incorporação dos requisitos das normas, mas também devido às regras para aceder ao PSI 20 que sofreram algumas modificações. Através dos dados estatísticos apresentados, a H1 está validada, uma vez que houve um aumento do nível de divulgação de informação de 2012 para 2017.

Relativamente à variável endividamento, que relaciona o total do ativo e do passivo, a média é superior em 2012 (média = 0,600 e média = 0,471, respetivamente, para os anos de 2012 e de 2017). Tal facto poderá ser explicado ainda pelos efeitos da crise no mercado de capitais que ainda se fazia sentir desde 2008 e que inevitavelmente se traduziu num maior endividamento por parte das empresas.

A variável da rentabilidade apresenta um valor negativo para 2017 (média = -0,052) devido à sociedade Pharol SGPS S.A. que para este mesmo ano tem um resultado líquido negativo de 806.496.890€. Esta situação foi a principal influência para este resultado negativo.

No que concerne à variável da liquidez, as novas regras de acesso ao PSI 20 a partir de março de 2014 repercutiram-se nos valores mínimos da liquidez, que passou a influenciar 25% de *free float velocity* (quociente entre o número de ações negociado e o número de ações efetivamente dispersas). Nas empresas que constituíam o PSI 20 em 2017 este indicador apresenta uma média bem próxima do valor de referência (média = 1,264).

Por fim, a internacionalização pressupõe a proporção de vendas e prestações de serviços para outros países, considerando o total do volume de negócios. Esta variável apresenta um decréscimo na sua média, motivada por uma maior aposta no mercado nacional das empresas do PSI 20 (média = 0,499 e média = 0,349, respetivamente, em 2012 e 2017).

Na secção seguinte é apresentado o modelo da regressão linear múltipla e os seus resultados como forma de compreender a relação entre as variáveis independentes relativas às características das empresas e o IC.

## 5.2 Regressão Linear Múltipla

Após a divulgação dos dados estatísticos, é apresentado um modelo passível de ser utilizado quando existe uma problemática que apresenta variáveis para as quais é pretendido conhecer a relação entre elas.

Neste sentido, o modelo da regressão linear múltipla através do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) pretende demonstrar que as variáveis independentes influenciam o nível de divulgação da informação de acordo com a IAS 1 das empresas que integram o PSI 20 nos períodos de 2012 e 2017.

Na aplicação deste modelo é também utilizado o coeficiente de correlação para demonstrar que ambas as variáveis estão mensuradas através da mesma escala. Este modelo é dado pela seguinte expressão:

$$IC = \beta_0 + \beta_1 CA_1 + \beta_2 END_2 + \beta_3 REND_3 + \beta_4 LIQ_4 + \beta_5 INTERN_5 + \beta_6 BIG4_6 + \beta_7 SET_7 + \varepsilon \quad (5.2.1)$$

onde,  $\beta_0$  é constante,  $\beta_1$  a  $\beta_7$  são os coeficientes das variáveis independentes e  $\varepsilon$  representa os erros ou resíduos deste modelo.

Num momento anterior à regressão linear múltipla, os dados foram analisados relativamente à normalidade dos resíduos, sendo possível assumir previsivelmente a independência dos mesmos. A diferença entre os valores das variáveis observadas e os valores estimados são pouco significativos, o que se traduz na adequação do modelo de regressão linear múltipla.

Os resultados da regressão linear múltipla são apresentados no quadro 5.2.1.

Quadro 5.2.1 Modelo de regressão linear múltipla

	Coefficientes	Erro-padrão	valor p*	95% inferior	95% superior
(constante)	0,116	0,107	0,291	-0,11	0,34
CA	-0,013	0,048	0,788	-0,11	0,09
END	0,534	0,132	0,000	0,26	0,81
REND	0,057	0,059	0,337	-0,06	0,18
LIQ	0,140	0,049	0,009	0,04	0,24
INTERN	-0,141	0,063	0,035	-0,27	-0,01
BIG 4	0,268	0,097	0,011	0,07	0,47
SET	-0,008	0,060	0,892	-0,13	0,11
R	Quadrado de R	Quadrado de R ajustado	Erro-padrão		
0,822	0,675	0,580	0,120		
	gl	SQ	MQ	F	F de significância
Regressão	7	0,719	0,103	7,128	0,000
Residual	24	0,346	0,014		
Total	31	1,065			

\*significativo para  $p < 0,05$

Através da análise ao quadro é possível verificar que as variáveis independentes utilizadas neste modelo explicam 67,5% da variação do IC total, de acordo com o valor de  $r^2$ , que se define como o coeficiente de determinação múltipla. A observação do  $r^2$  ajustado, que se traduz no coeficiente de determinação ajustado e que está diretamente relacionado com o número de variáveis independentes utilizadas no modelo, permite constatar que a diferença existente para com o coeficiente de correlação múltipla não é significativa e, por isso, pressupõe-se que as variáveis apresentam alguma relação com o IC.

No mesmo sentido, constata-se que existe uma evidente relação positiva para as variáveis END, LIQ e BIG 4, uma vez que o  $p < 0,05$  e o intervalo de confiança não contém o valor zero. No que diz respeito à variável INTERN, apesar do valor  $p < 0,05$  verifica-se que no intervalo de confiança a inclinação da reta pode variar entre [-0,27; -0,01], estando desta forma o valor zero incluído neste intervalo. Tal facto poderá evidenciar que não existe relação significativa entre as variáveis ou esta poderá ser negativa.

### 5.3 Discussão dos resultados

Considerando a pergunta de investigação, através deste estudo é possível constatar algumas semelhanças nos resultados encontrados com as investigações mencionadas na revisão da literatura.

Primeiramente, verifica-se que o índice de conformidade total das empresas alcançou um bom nível, evidenciando que em grande parte os requisitos da IAS 1 são divulgados de forma clara e objetiva, conforme demonstra o quadro 4.1.1. Porém, através da análise dos Relatórios e Contas foi também possível observar algumas diferenças no modo como a

informação é apresentada na demonstração da posição financeira e na própria estrutura do referido relatório.

Relativamente à H1, é visível um IC superior em 2017 comparativamente com o período de 2012, o que demonstra a confirmação desta hipótese.

Segundo Aljifri *et. al* (2014) não foi possível verificar uma relação positiva entre a variável do conselho de administração e o IC. Na análise à estatística descritiva, esta determinante também demonstrou que em 2012 havia uma relação pouco significativa com o IC, que é o período em que o conselho de administração das empresas era composto por mais elementos; por outro lado, e em 2017, tal não se verificou e, desta forma, depreende-se que não seja uma variável que explique um aumento ou diminuição da divulgação da informação. Os resultados da regressão linear múltipla também demonstraram que não existe uma relação positiva, uma vez que o coeficiente apresenta um valor negativo, apesar de não ser um resultado estatisticamente significativo. Desta forma, a H2 não é verificada uma vez que a relação entre as variáveis não é significativa.

No que concerne à variável de endividamento, o modelo de regressão linear demonstrou que existe uma relação positiva, o que permite validar a H3 e confirmar o resultado com o estudo de Popova *et. al* (2013). Os resultados foram contrários às investigações de Mutawaa e Hewaidy (2010) e Yiadom e Atsunyo (2014), que tinham evidenciado um resultado negativo nesta associação de variáveis.

Relativamente à variável da rendibilidade, os resultados encontrados não foram significativos e, desta forma, não foi possível validar a H4. Este resultado não vai ao encontro do estudo de Yiadom e Atsunyo (2014) mas concretiza-se na investigação de Gaio e Mateus (2014), que também revelou uma relação pouco significativa.

Relativamente às restantes variáveis, o modelo da regressão linear demonstrou mais uma vez que a variável da liquidez resultou também numa relação positiva e significativa, conforme demonstra o estudo de Mutawaa e Hewaidy (2010). O setor de atividade evidenciou através do modelo de regressão linear e da estatística descritiva que tem uma relação negativa com o IC e, desta forma, vai ao encontro dos resultados da investigação de Gaio e Mateus (2014). No entanto não tem uma relação significativa e, por isso, não é possível validar a H6. O tipo de entidade auditora tem influência positiva na divulgação de informação conforme os requisitos da IAS 1, de acordo com a investigação de Gaio e Mateus (2014) e de Mutawaa e Hewaidy (2010). Os resultados deste estudo também comprovam esta relação positiva entre

as variáveis. Todavia, a variável de internacionalização evidenciou na regressão linear que não apresenta uma relação positiva, mas que também não é significativa estatisticamente, o que não corrobora o estudo de Yiadom e Atsunyo (2014), que demonstrou uma relação positiva.

Assim, as hipóteses H1, H3, H5 e H7 foram confirmadas através deste estudo.

De seguida são apresentados esquematicamente os resultados obtidos a partir do modelo da regressão linear múltipla, considerando as hipóteses formuladas e as variáveis analisadas.

Quadro 6.1 Síntese dos resultados e verificação das hipóteses

Hipóteses	Variável	Resultado esperado	Estatística Descritiva / Regressão Linear Múltipla
H1	IC	+	Hipótese confirmada: IC superior em 2017
H2	CA	-	Hipótese não confirmada: relação negativa não significativa
H3	END	+	Hipótese confirmada: relação positiva e significativa
H4	REND	+	Hipótese não confirmada: relação positiva não significativa
H5	LIQ	+	Hipótese confirmada: relação positiva e significativa
H6	SET	+ / -	Hipótese não confirmada: relação negativa não significativa
H7	<i>BIG 4</i>	+	Hipótese confirmada: relação positiva e significativa
H8	INTERN	+	Hipótese não confirmada: relação negativa não significativa

Relativamente aos objetivos propostos, e no que concerne ao primeiro objetivo, este foi conseguido uma vez que foi confirmado o aumento do nível de divulgação entre 2012 e 2017 através da análise do IC das empresas do PSI 20. Quanto ao segundo objetivo, este também foi alcançado, visto que os resultados evidenciam a existência de três variáveis (endividamento, liquidez e *big 4*) que determinam uma maior divulgação dos elementos da demonstração da posição financeira por parte das empresas e, desta forma, permite uma maior comparabilidade da informação contabilística entre empresas.

Face ao exposto, e considerando a problemática inicial desta investigação, no capítulo seguinte são feitas as considerações gerais sobre os resultados encontrados. É feita uma abordagem às principais limitações que dificultaram esta investigação, mas também os

principais contributos deste estudo para a comunidade científica. Por fim, é feita uma referência às sugestões de investigações futuras que podem ser desenvolvidas nesta temática.

## **6. CONCLUSÃO**

Neste capítulo sintetizam-se as principais conclusões relacionadas com este estudo, considerando os resultados alcançados. Para além disso, identificam-se os impactos que este estudo acrescenta para a comunidade científica na área da contabilidade e, por outro lado, apresentam-se as limitações encontradas durante a sua execução. Por último, é feita uma proposta de outros temas que poderão ser desenvolvidos por outros investigadores nas suas pesquisas futuras.

### **6.1 Conclusões gerais**

Esta investigação tinha como principais objetivos avaliar os índices de conformidade das empresas da amostra para com a IAS 1 e verificar se houve um aumento do IC de 2012 para 2017. No mesmo sentido, era pretendido demonstrar que existem variáveis que influenciam o modo de divulgação de informação e, por isso, a comparabilidade é igualmente afetada. Os dados foram recolhidos das demonstrações da posição financeira e do Relatório e Contas das entidades, sendo possível construir o índice de conformidade e as variáveis independentes.

Analisando o primeiro objetivo proposto, o índice de conformidade total encontrado para o ano de 2012 foi de 73,3% e em 2017 o valor foi de 80,1%, o que indica um aumento da divulgação de informação de aproximadamente 7%. Tal facto determina que o primeiro objetivo foi alcançado.

Para a verificação do segundo objetivo foi utilizada a estatística descritiva e o modelo da regressão linear múltipla. Das várias hipóteses propostas, foram validadas a H1, H3, H5 e H7, isto é, foi demonstrado que as variáveis que apresentam relações positivas com o nível de divulgação são o endividamento, liquidez e o tipo de empresa auditora. Assim, é possível concluir que o segundo objetivo foi alcançado, uma vez que foram encontradas características das empresas do PSI 20 que afetam diretamente o nível de divulgação de elementos da demonstração da posição financeira de acordo com a IAS 1.

## **6.2 Limitações do estudo**

A principal limitação deste trabalho está relacionada com a subjetividade que está associada à construção do índice de conformidade.

Outro fator que tem alguma influência neste trabalho é o facto de existirem algumas diferenças na apresentação de alguns componentes da demonstração da posição financeira e da própria estrutura do Relatório e Contas, que dificulta a recolha dos dados necessários para a investigação.

Por fim, os resultados encontrados são comparados com outras investigações em que o índice é construído com elementos de várias normas que não incluem apenas a IAS 1, o que também dificulta o confronto entre as principais conclusões.

## **6.3 Impactos do estudo**

Este estudo pretende dar um contributo para a temática da divulgação e comparação da informação por parte das empresas, quando está em causa a IAS 1 que é aplicável a todas as entidades que aplicam as IFRS tal como adotadas pela UE. Através das variáveis explicativas encontradas neste estudo os organismos responsáveis que emitem as normas de contabilidade podem ter uma visão das características das empresas que mais influenciam o seu relato e quais as principais razões para existirem ainda alguns aspetos que podem dificultar a comparabilidade da informação. A inclusão de empresas que integram o PSI 20 também se revela um aspeto importante, uma vez que são entidades que estão mais sujeitas a avaliações externas.

## **6.4 Sugestões para investigações futuras**

Uma vez que a IAS 1 é uma norma que se aplica a todas as empresas que adotem as IAS/IFRS, e visto que se refere à apresentação do conjunto das demonstrações financeiras, tem interesse que estudos futuros tenham como problemática a análise dos restantes requisitos desta norma como forma de verificar se são afetados por outras determinantes internas e externas às empresas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, F. de; Cariano, A.; Marques, L. (2017). *A comparabilidade dos gastos e rendimentos financeiros reportados pelas empresas cotadas em Portugal* (comunicação no XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria), Aveiro. Disponível no Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa.
- Almeida, E. (2010). *Regulamento 1606/2002/CE: impacto no processo normativo do IASB* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível no Repositório Institucional da Universidade de Aveiro.
- Aljifri, K., Alzarouni, A., Ng, C., & Tahir, M. I. (2014). The association between firm characteristics and corporate financial disclosures: Evidence from UAE companies. *The International Journal of Business and Finance Research*, 2 (vol.8): 101–124.
- Amaral C. X. (2001), *Processo de harmonização contabilística internacional: tendências atuais*, Gestão e Desenvolvimento, Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social – Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.33-58.
- Ampofo, A.A., Sellani, R.J. (2005). Examining the differences between United States Generally Accepted Accounting principles (U.S. GAAP) and International Accounting Standards (IAS): implications for the harmonization of accounting standards. Retirado de [http:// www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com), Accounting Forum, 29(2) (consultado em 16 de março de 2019). doi: 10.1016/j.accfor.2004.11.002.
- CNC - Comissão de Normalização Contabilística (2008). International Accounting Standard 1 (IAS 1). Lisboa: CNC. Disponível em [http://www.cnc.min-financas.pt/PDF/IAS\\_IFRS\\_UE/REGUL\\_1126\\_2008\\_CONSOL\\_A\\_20NOV2013\(REG1174\).PDF](http://www.cnc.min-financas.pt/PDF/IAS_IFRS_UE/REGUL_1126_2008_CONSOL_A_20NOV2013(REG1174).PDF). (Consultado em 17 de setembro de 2018).
- Dias, J. (2010). *A comparabilidade internacional das demonstrações financeiras* (Dissertação de mestrado). Instituto Politécnico de Lisboa – Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Lisboa. Disponível no Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Lisboa.
- Dumarchey, J. (1943). *Teoria Positiva da Contabilidade*. Porto: Revista de Contabilidade e Comércio.

- Gaio, C., Mateus, M. C. (2014). O relato financeiro das empresas cotadas em Portugal: Grau de conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 1. *Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*, 15: 39–73.
- Glaum, M., Schmidt, P., Street, D. L., & Vogel, S. (2013). *Compliance with IFRS 3-and IAS 36-required disclosures across 17 European countries: company and country-level determinants*. Retirado de <http://www.researchgate.net> (consultado em 20 de março de 2019). doi: 10.1080/00014788.2012.711131.
- Hassan, O., Marston, C. (2010). *Disclosure measurement in the empirical accounting literature - a review article*. Department of Economics and Finance, School of Social Sciences, Londres.
- International Financial Reporting Standards (2019). Disponível em <http://www.ifrs.org>. Consultado em 26 de março a 2019.
- Inácio, T. (2016). *A IAS 1 e o grau de conformidade das divulgações efetuadas nos relatórios anuais de 2007 e 2014: Evidência empírica do Mercado Ibérico* (Dissertação de mestrado). ISCTE Business School – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Disponível no Repositório Institucional do Instituto Universitário de Lisboa.
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento e do Conselho, de 19 de julho de 2002. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Regulamento (CE) n° 1725/2003 da Comissão, de 29 de setembro de 2003. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Regulamento (CE) n°1126/2008 da Comissão, de 03 de novembro de 2008. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Regulamento (CE) n°1274/2008 da Comissão, de 17 de dezembro de 2008. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Regulamento (CE) n°53/2009 da Comissão, de 21 de janeiro de 2009. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).

- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Regulamento (UE) nº475/2012 da Comissão, de 05 de julho de 2012. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Regulamento (UE) 2015/2406 da Comissão, de 18 de dezembro de 2015. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu> (consultado em 20 de março de 2019).
- Lopes, I. T. (2014). Research methods and methodology towards knowledge creation in accounting. *Contaduría Y Administración*, 60(S1).
- Magro, N. (2014). *A comparabilidade das demonstrações financeiras na Europa* (Dissertação de mestrado em Gestão, especialização em Contabilidade). Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE Business School, Lisboa. Disponível no Repositório ISCTE-IUL. ISBN: 978-989-732-615-8.
- Modugu, K., Eboigbe, S. (2017). *Corporate Attributes and Corporate Disclosure Level of Listed Companies in Nigeria: A Post-IFRS Adoption Study*. Retirado de <http://pubs.sciepub.com/jfa/5/2/3> (consultado em 12 de maio de 2019). doi: 10.12691/jfa-5-2-3.
- Murphy, A.B. (2000). *The Impact of Adopting International Accounting Standards on the Harmonization of Accounting Practices*. Retirado de <http://www.sciencedirect.com> (consultado em 19 de março de 2019). doi: 10.1016/S0020-7063(00)00074-1.
- Mutawaa A. Al., Hewaidy, A. M. (2010). Disclosure level and compliance with IFRSs: An empirical investigation of Kuwaiti companies. *International Business & Economics Research Journal*, 5(vol.9): 41-42.
- Pereira, R., Estevam, M., & Almeida, R. (2009). *Harmonização Contabilística Internacional*. Lisboa: Horácio Piriquito Deplano Network. ISBN 978-989-8184-18-4.
- Popova, T., Georgakopoulos, G., Sotiropoulos, I., & Vasileiou, K. Z. (2013). Mandatory disclosure and its impact on the company value. Retirado de <http://www.ccsenet.org> (consultado em 20 de março de 2019). doi: 10.5539/ibr.v6n5p1.

- Rodrigues, L., Guerreiro, M. (2004). *A convergência de Portugal com as normas internacionais de contabilidade*. Lisboa: Publisher Team. ISBN: 989-601
- Sampaio, G. (2018). Empresas do PSI-20. *Em 204 cargos de administração contam-se 162 homens e 42 mulheres*. Retirado de <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/empresasa-do-psi-20-em-204-cargos-de-administracao-contam-se-162-homens-e-42-mulheres-376787> (consultado em 14 de abril de 2019).
- Saraiva, H., Almeida, B. (2015/setembro). *Normalização contabilística: o papel das associações profissionais em Portugal*. Paper apresentado no Congresso dos TOC da OTOC (Ordem dos Contabilistas e Certificados), Lisboa.
- Silva, E. (2009). *A relevância das informações financeiras das empresas brasileiras cotadas* (Dissertação de mestrado em gestão de empresas). Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE Business School, Lisboa. Disponível no Repositório ISCTE-IUL.
- Smith, L., Sagafi-Nejad, & Wang, K. (2008). *Going International: Accounting and Auditing Standards*. Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/228301733> (consultado em 12 de maio de 2019).
- Stolowy, H., Ding, Y. (2003), *Regulatory flexibility and management opportunism in the choice of alternative accounting standards: an illustration based on large French groups*. Retirado de <http://www.sciencedirect.com> (consultado em 27 de abril de 2019). doi: 10.1016/S0020-7063(03)00022-0.
- Yiadom, E. M., Atsunyo, W. (2014). Compliance with international financial reporting standards by listed companies in Ghana. *International Journal of Business and Management*, 10 (vol. 9): 92–93. ISSN: 1833-3850.
- Zeff, S.A. (2014). A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. *Revista Contabilidade & Finanças*, vol. 25. ISSN:1808-057x.
- Zeghal, D., Mhedhbi, K. (2006), *An analysis of the factors affecting the adoption of accounting standards by developing countries*. Retirado de <http://www.sciencedirect.com> (consultado em 19 de março de 2019). doi: 10.1016/j.intacc.2006.09.009.

## 8. APÊNDICE

### APÊNDICE 1 – LISTA DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA IAS 1

Reg. (CE)1274/2008, 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Reg. (UE) 2015/2406, 18 de dezembro	IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
§ 10	<p>Um conjunto de demonstrações financeiras inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Demonstração da posição financeira no final do período;</li><li>Demonstração de resultados e outra rendimento integral do período;</li><li>Demonstração de alterações no capital próprio do período;</li><li>Demonstração de fluxos de caixa do período; e</li><li>Notas, compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas;</li></ul>
§ 16	<p>Uma entidade cujas demonstrações financeiras estão em conformidade com as IFRS deve fazer uma declaração explícita e sem reservas desse cumprimento nas notas.</p> <p>Uma entidade não deve considerar as demonstrações financeiras como estando em conformidade com as IFRS, a menos que cumpram todos os requisitos das IFRS.</p>
§ 25	<p><b>Continuidade:</b></p> <p>Aquando da preparação de demonstrações financeiras, a gerência deve fazer uma avaliação da capacidade de uma entidade prosseguir como uma entidade em continuidade.</p> <p>Uma entidade deve preparar demonstrações financeiras numa base de continuidade (...).</p> <p>Quando uma entidade não preparar as demonstrações financeiras numa base de continuidade, esse facto deve divulgado, juntamente com as bases pelas quais as demonstrações financeiras foram preparadas e a razão por que a entidade não é considerada como estando em conformidade.</p>
§ 36	<p><b>Frequência de Relato:</b></p> <p>Uma entidade deve apresentar um conjunto completo de demonstrações financeiras (...) pelo menos anualmente.</p> <p>Quando uma entidade alterar o fim do seu período de relato e apresentar demonstrações financeiras para um período mais longo ou mais curto do que um ano, uma entidade deve divulgar, além do período abrangido pelas demonstrações financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A razão para usar um período mais longo ou mais curto; e</li><li>• O facto de que as quantias apresentadas nas demonstrações financeiras não são inteiramente comparáveis.</li></ul>
§ 38	<p><b>Informação comparativa:</b></p> <p>A menos que uma IFRS o permita ou exija de outra forma, uma entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras do período corrente</p>

APÊNDICE 2 – LISTA DE ITENS DA IAS 1 RELACIONADA COM A ESTRUTURA E CONTEÚDO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Reg. (CE)1274/2008, 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Reg. (UE) 2015/2406, 18 de dezembro	IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
§ 51	<p>Uma entidade deve identificar claramente cada demonstração financeira e as notas. Além disso, uma entidade deve mostrar a seguinte informação (...):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ o nome da entidade que relata (...);</li> <li>▪ se as demonstrações financeiras são de uma entidade individual ou de um grupo de entidades;</li> <li>▪ a data do fim do período de relato ou o período abrangido pelo conjunto de demonstrações financeiras ou notas;</li> <li>▪ o nível de arredondamento usado na apresentação de quantias nas demonstrações financeiras.</li> </ul>
§ 54	<p>A demonstração da posição financeira deve incluir linhas de itens que apresentem as quantias seguintes:</p>
a)	Ativos fixos tangíveis;
b)	Propriedade de investimento;
c)	Ativos intangíveis;
d)	Ativos financeiros [excluindo quantias apresentadas segundo as alíneas e), h) e i)];
e)	Investimentos contabilizados pelo uso do método da equivalência patrimonial (equity method);
f)	Ativos biológicos;
g)	Inventários;
h)	Contas a receber comerciais e outras;
i)	Caixa e equivalentes de caixa;
k)	Contas a pagar comerciais e outras;
l)	Provisões;
m)	Passivos financeiros [excluindo quantias apresentadas segundo as alíneas j) e k)];
n)	Passivos e ativos para imposto corrente, conforme definido na IAS 12 Impostos sobre o Rendimento;
r)	Capital emitido e reservas atribuíveis aos detentores de capital próprio da empresa-mãe.
§ 60	<b>Distinção corrente/Não corrente</b>
§ 61	<p>Uma entidade deve apresentar ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, como classificações separadas na sua demonstração da posição financeira (...) exceto quando uma apresentação baseada na liquidez proporcionar informação fiável e mais relevante. Qualquer que seja o método de apresentação adotado, uma entidade deve divulgar a quantia que se espera que seja recuperada ou liquidada após mais de doze meses por cada linha de item de ativo e de passivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ não mais de doze meses após o período de relato;</li> <li>▪ mais de doze meses após o período de relato.</li> </ul>
§ 66	<p><b>Ativos Correntes</b></p> <p>Uma entidade deve classificar um ativo como corrente quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) espera realizar o ativo, ou pretende vendê-lo ou consumi-lo, no decurso normal do seu ciclo operacional;</li> <li>b) detém o ativo essencialmente para finalidades de negociação;</li> <li>c) espera realizar o ativo até doze meses após o período de relato; ou</li> <li>d) o ativo é caixa ou um equivalente de caixa (...).</li> </ul> <p>Os restantes ativos serão classificados como não correntes.</p>
§ 69	<p><b>Passivos Correntes</b></p> <p>Uma entidade deve classificar um passivo como corrente quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) espera liquidar o passivo no decurso normal do seu ciclo operacional;</li> <li>b) detém o passivo essencialmente para finalidades de negociação;</li> <li>c) a liquidação do passivo estiver prevista para um período até doze meses após o período de relato; ou</li> <li>d) a entidade não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de relato.</li> </ul> <p>Os restantes passivos serão classificados como não correntes.</p>
§ 77 a § 78	<p><b>Informação a ser apresentada ou na demonstração da posição financeira ou nas notas:</b></p> <p>Uma entidade deve divulgar, ou na demonstração da posição financeira ou nas notas, outras subclassificações das linhas de itens apresentadas, classificadas de uma forma apropriada para as operações da entidade.</p>
§ 79	<p>Uma entidade deve divulgar o seguinte, ou na demonstração da posição financeira ou na demonstração de alterações no capital próprio, ou nas notas:</p>
a)	▪ para cada classe de capital por ações:
i)	A quantidade de ações autorizadas;
ii)	A quantidade de ações emitidas e inteiramente pagas, e emitidas mas não inteiramente pagas;
iii)	O valor ao par por ação, ou que as ações não têm valor ao par;
iv)	Uma reconciliação da quantidade de ações em circulação no início e no fim do período;
v)	Os direitos, preferências e restrições associados a essa classe, incluindo restrições na distribuição de dividendos e no reembolso de capital;
vi)	Ações da entidade detidas pela própria entidade ou por subsidiárias ou associadas; e
vii)	Ações reservadas para emissão segundo opções e contratos para a venda de ações, incluindo os termos e as quantias;
b)	▪ Uma descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do capital próprio.